

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

JOYCE CRISTINE SILVA LOPES

**O IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR DE MELLO: a participação do
movimento estudantil no afastamento do presidente**

SÃO LUÍS
2017

JOYCE CRISTINE SILVA LOPES

O IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR DE MELLO: a participação do movimento estudantil no afastamento do presidente

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos necessários à conclusão e colação de grau da discente Joyce Cristine Silva Lopes, sob orientação da Prof. Dr^a. Monica Piccolo Almeida.

SÃO LUÍS
2017

Lopes, Joyce Cristine Silva.

“O impeachment de Fernando Collor de Mello: a participação do movimento estudantil no afastamento do Presidente”/Joyce Cristine Silva Lopes. – São Luís, 2017.

84 f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida.

1. Impeachment. 2. Crise política. 3. Movimento Estudantil. 4. Corrupção. 5. Imprensa. I. Título

CDU:

JOYCE CRISTINE SILVA LOPES

O IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR DE MELLO: a participação do movimento estudantil no afastamento do presidente

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

(orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

AGRADECIMENTOS

Quando comecei minha caminhada acadêmica em 2010, encontrei seres humanos maravilhosos que contribuíram para que eu conseguisse chegar ao fim dessa jornada pela História. Então vamos aos agradecimentos!

Primeiramente agradecer a Deus pela força e por ter me sustentado em todos os momentos tanto de alegria quanto de dificuldade, sou ricamente abençoada por ele!

Quero agradecer também e principalmente as bases que me sustentam, anjos que Deus colocou em minha vida para que eu sentisse a sua presença e para que a caminhada fosse mais leve. Obrigada Mãe, Katia Rosa, por todo o apoio e por está sempre a meu lado. Nossa relação de cumplicidade e respeito me faz uma pessoa melhor, sabe que és um exemplo de vida para mim. Por sua causa estou chegando ao fim dessa jornada! Quero ser para Huld tudo aquilo que você foi para mim. Obrigada irmã, Mayendra Lopes, por me aguentar, por me apoiar sempre. Por ter sempre uma palavra de apoio e carinho para me oferecer. Te amo demais e minha vida se enche de luz por ter você. Quero agradecer também ao meu pai, Jorge Lopes, que do seu modo, me mostrou que eu precisava ser forte e independente por que a vida não seria fácil e eu tinha que está preparada. Obrigada.

Obrigada especial as minhas tias, que estiveram dispostas a ficar com Huld sempre que precisei para frequentar as aulas ou qualquer outra atividade acadêmica. Vocês são ótimas. Tia Lindalva, Dada, que é como uma segunda mãe e sempre esteve presente quando mamãe não podia estar. A tia Lindalva, Lili, responsável por cuidar do meu Príncipe! Gratidão!

Tenho que agradecer também ao meu príncipe, Huld Henry. O filho mais perfeito que alguém poderia ter. Obrigada filho por ser essa criança maravilhosa, por compreender às vezes que deixei de sair ou de brincar com você por causa da faculdade. Obrigada por também cooperar nas viagens, por ficar com as tias sem reclamar. Por não ser tão exigente com o tempo da mamãe. Sempre estive desposto a está comigo, mesmo que algumas horinhas sem reclamar ou chorar quando precisava me ausentar. Você é minha Luz. Te amo!

Obrigada aos meus avós, José Ribeiro e Sebastiana Azevedo. Vô que sempre me ensentivou, nunca me julgou e sempre arrancou de mim boas gargalhadas. Vó, que lembro pouco por que partiu desse plano enquanto era criança, mas que tenho certeza torceu por mim todo esse tempo.

Aos amigos da UEMA, com os quais compartilhei bons e maus momentos. Vocês são indispensáveis na minha vida, e sabem que entraram nela para me fazer ver que a vida

continuava apesar das dificuldades, dos julgamentos sociais e das críticas. Obrigada a minha princesa Edilene Vale pelas horas de desabafo e descontração compartilhadas. Ao amigo Werbeth Belo, pelos concelhos e dúvidas tiras ao longo do curso. Obrigada à amiga karlleyde Aires, que mesmo não fazendo mais o curso sempre esteve disposta a me ouvir. Quero agradecer também a preta mais linda, Luane Carvalho, que me ensinou a me jogar na vida! Obrigada ao amigo Isaias Costa que carinhosamente me fez sorrir de suas aventuras e histórias de vida. Obrigada também ao amigo Pábulo Lima, que apesar do pouco tempo de contato, enriqueceu essa caminhada com sua alegria. Vocês são parte importante da minha História!

Devo a minha gratidão a amiga Monica Sousa, que compartilhou comigo os momentos de desespero com entrega de trabalhos e relatórios, os momentos de dificuldade nos textos sobre Collor e que também me fez feliz com sua energia e calma, o oposto de mim e que por isso me completava! Fizemos uma ótima dupla!

Quero agradecer também aos amigos Júlio Montelo e Hellem Melo, que contribuíram com seus conhecimentos e com paciência de me ouvir falar de Collor durante longas tardes no grupo de pesquisa NUPHEIC.

Também devo agradecer aos funcionários da UEMA: Lauisa, a bibliotecária mais incrível e feliz, a Dona Roberta, seu Willian, que sempre estiveram dispostos a ajudar nas questões burocráticas e administrativas, meu muito obrigada.

Ao longo do curso, deparei-me com professores que foram verdadeiros mestres. Mas devo gratidão especial ao professor Marcelo cheche que logo no início do curso me mostrou como a História é uma disciplina encantadora, ao professor Yuri Costa, que no segundo período em uma conversa me mostrou que se eu não me organizasse e me empenhasse em entregar os trabalhos e tarefas acadêmicas no prazo eu não conseguiria concluir o curso. Sem Dúvida essa conversa me mostrou que tipo de profissional eu gostaria de ser, muito obrigada professor!

Sou grata também a minha Orientadora, Monica Piccolo Almeida. Pessoa por quem tenho um carinho enorme, que tenho como exemplo pela história de vida e pelas lutas vencidas. Mulher de fibra. Obrigada pelas broncas, pelos conselhos, por estar sempre disposta a ajudar, por todo conhecimento compartilhado comigo, professora e amiga, você me fez um ser humano melhor. Obrigada pela proximidade, pelos encontros e pelas macarronadas deliciosas. Sua companhia nessa caminhada me engrandeceu muito.

Obrigada a também aos amigos de trabalho, Gerson, pelas tardes de risos, por sempre compartilhar comigo os melhores papos. E a amiga Najela Galvão, que é a artista que alegra a

minha vida e que se disponibilizou a fazer longas e cansativas leituras sobre Collor. Um presente que ganhei da vida e com quem dividi a loucura e o amor de discutir política. A amiga Núbia Ferreira que compartilha comigo das mesmas convicções e com quem tive conversas íntimas e calorosas sobre corrupção e política. Obrigada! vocês já são amigos para vida toda. Gratidão.

A todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para que esse trabalho se concretizasse muito obrigado, vocês fazem parte dessa caminhada. Eu consegui, sou grata a todos pela força e carinho.

Resumo: A pesquisa foi desenvolvida através de análises de publicações de jornais de circulação nacional do acervo pessoal da Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida, com enfoque para as publicações referentes aos anos de 1990 a 1992. Período que se constituía a crise de hegemonia do governo Fernando Collor de Mello. Através das publicações dos jornais Folha de São Paulo e O Globo, faremos o mapeamento da crise política do referido governo como o foco dessa pesquisa recairá sobre a relação distinta estabelecida entre Collor e a imprensa. Analisando o posicionamento dos jornais a nível nacional, diante da crise do governo do “Caçador de Marajás” e a construção feita do movimento dos “Caras Pintadas”. Além de mostrar o posicionamento e as atitudes do então presidente no intuito de estabelecer alianças governamentais e projetos políticos capazes de garantir a sua governabilidade.

Palavras-chave: Impeachment. Crise política. Movimento Estudantil. Corrupção. Imprensa.

Abstract: The research was developed through analyzes of publications of national newspapers of the personal collection of Prof. Dr. Monica Piccolo Almeida, with a focus on the publications referring to the years 1990 to 1992. Period that constituted the crisis of hegemony of the Fernando Collor de Mello government. Through the publications of the newspapers Folha de são Paulo and O Globo, we will map the political crisis of the aforementioned government. The focus of this research will be on the distinctive relationship between Collor and the press. Analyzing the positioning of the newspapers at national level, in the face of the crisis of the government of the "Hunter of Marajás" and the construction of the "Painted Faces" movement. In addition to showing the position and attitudes of the then president in order to establish governmental alliances and political projects capable of ensuring their governability.

Key-words: Impeachment. Political crisis. Student Movement. Corruption. Press.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1 - O ESPETÁCULO NA POLÍTICA: O Governo de Fernando Collor e a sua relação com a imprensa.....	15
1.1 Fernando Collor e o jornal Folha de São Paulo.....	18
1.2 Fernando Collor e o jornal O Globo.....	26
Capítulo 2 - O “CAÇADOR DE MARAJÁS” NO PODER: análise das principais medidas do governo de Fernando Collor de Mello.....	32
2.1 O plano econômico de Collor.....	36
2.2 A crise de hegemonia através dos jornais Folha de São Paulo e jornal O Globo	41
2.3 O ano de 1992 e a crise do governo Collor de Mello	48
Capítulo 3 - <i>IMPEACHMENT</i> JÁ: a participação do movimento estudantil no afastamento de Fernando Collor	53
3.1 As causas do afastamento do presidente	58
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	77
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

A pesquisa **O impeachment de Fernando Collor de Mello: a participação do movimento estudantil no afastamento do presidente** tem por objetivo analisar a dinâmica do processo de impeachment de Fernando Collor, bem como a participação do movimento estudantil no processo de afastamento do presidente. Tendo como marco cronológico os anos de 1990 a 1992, mapearemos a crise do governo do “Caçador de Marajás”¹ e sua relação com a imprensa, afim de demonstrar a construção feita pela mídia acerca do movimento dos “Caras pintadas”.²

Para tanto, serão utilizados os editoriais dos jornais de circulação nacional Folha de São Paulo e Jornal O Globo, disponibilizados no Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea- NUPEHIC³. O uso desses dois referidos jornais justifica-se pelo fato de ao analisar o material, composto por clipes com vários jornais de circulação nacional, observou-se que esses dois veículos de informação usavam durante a campanha de 1989 linguagens diferentes e distorcidas do então candidato. O que se pretende demonstrar é que as diferenças de linguagens só mudam e se igualam durante a crise política instaurada no período do processo de manifestações populares pró-impeachment.

Para embasamento teórico usaremos como referencial os escritos de Antônio Gramsci⁴ para explicar os embates entre projetos políticos em busca pela hegemonia que se configuraram de 1989 a 1992, período de campanha e governo de Fernando Collor.

¹Termo comumente utilizado pela imprensa nacional para designar Fernando Collor de Mello. Isso por que durante o governo de Alagoas e ao longo da campanha presidencial de 1989, o candidato apostando na moralização política prometera caçar os “Marajás”, que seriam os funcionários públicos que ganhavam altíssimos salários, incompatíveis com a realidade brasileira, e que normalmente pouco ou quase nada trabalhavam.

² Termo utilizado pela imprensa nacional para caracterizar, *a priori*, grupos de estudantes que saíam às ruas com os rostos pintados pedindo mais ética na política e contra a corrupção instaurada no governo. Ao longo da crise, o movimento passou a manifestar-se a favor do afastamento do presidente.

³Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea coordenado pela professora doutora Mônica Piccolo Almeida, e disponibiliza um material descartado por Fernando Collor de Mello com o mapeamento de sua aparição na imprensa durante a campanha de 1989 e posteriormente durante o seu governo de 1990-1992. A presente pesquisa baseia-se no contato com esse material e em análise de recortes de editoriais e reportagens em que Fernando Collor é citado.

⁴Filósofo italiano nascido em 22 de janeiro de 1891. Logo na infância teve contato com ideais socialistas através da leitura do periódico “Avante!”, enviados pelo irmão que trabalhava em Turim. Ingressou na Universidade de Letras em Turim. Na academia, entrou em contato com a filosofia de Benedetto Croce e Giovanni Gentile, filósofos idealistas (neo-hegelianos) e adversários do positivismo dominante nos meios intelectuais progressistas da Itália do norte. Na universidade conheceu os jovens socialistas Palmiro Togliatti e Antônio Tasca, este último era militante da juventude socialista. Através dele Gramsci e Togliatti entraram em contato com os círculos socialistas turinenses e com o movimento operário mais avançado da Itália. Seu primeiro artigo político foi “Neutralidade ativa e operante”, escrito em outubro de 1914, no qual defendeu uma posição que o aproximava dos socialistas que defendiam a guerra. Gramsci abandonou a universidade e se tornou redator do jornal socialista “O Grito do Povo” e responsável por uma coluna na página turinense do “Avante!”, órgão oficial do

O uso de jornais se justifica pelo fato de acreditarmos na relevância da imprensa enquanto registro privilegiado da História Contemporânea. Entretanto, tomar o jornal como fonte não significa tomá-lo como reproduzidor de verdades, o que se pretende é uma análise a partir de suas parcialidades, a começar pelo grupo que o edita, a defesa de interesses presente de acordo com seu posicionamento político, e o público que esse jornal atinge. Para, desse modo, construir a análise a respeito do governo do “Caçador de Marajás”, com base nos escritos carcerários do filósofo italiano Antônio Gramsci.

Segundo Tânia Regina de Luca desde a década de 1970 eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisas, tendo em vista que havia entre os historiadores certo receio em construir história por meio da imprensa (LUCA, 2008, p.52). O receio, segundo Maria Helena Rolim Capelato, está na busca pela verdade por parte dos historiadores. Diante da notícia impressa, os historiadores tinham duas posturas distintas. A primeira era o desprezo por considerá-la fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-la como repositório de verdade (CAPELATO, 1988, p.21).

Contudo, as concepções clássicas em torno da utilização do jornal como fonte foram sendo superadas como resultado do empenho de se repensar a História, suas dificuldades, enfoques e objetos de análises, visando não realizar análises precipitadas, acríticas e superficiais.

Cabe destacar que a partir das transformações desencadeadas pela Escola dos Annales⁵ ocorreram mudanças significativas na concepção de fonte histórica. Houve um destacado alargamento e aceitação do que poderia ser considerado como fonte. Constituindo a fonte uma concepção de história-problema e integrando a pesquisa a interdisciplinaridade, a dita História Total é a inovadora proposta por parte dos Annales. Diante disso, podemos fazer análises históricas construídas a partir de novos olhares e novas perspectivas de fontes.

PSI. Dois anos depois lançou a revista “A Cidade Futura”. Neste momento sua grande preocupação era construir uma cultura e uma moral socialista na classe operária e concentrava todas as suas forças neste objetivo. Propôs para tanto, a criação de uma associação socialista de cultura. Proposta considerada pelos Reformistas e pelos Marxistas radicais como idealista. Mas tarde funda o Clube da vida moral onde se debatiam temas culturais e filosóficos. Em 1917 Gramsci assume a direção do PSI e é preso. Na prisão escreve sua mais importante obra, “Cadernos do Cárcere” (COUTINHO, 1992, p 33-45).

⁵ A Escola dos Annales foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França do final da década de 1920, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista “Anais de História Econômica e Social”, propunham uma escrita da história que privilegiasse o econômico e o social em detrimento do político. Se opondo diretamente à produção historiográfica predominante no século XIX, a revista tornou-se um movimento de vanguarda na renovação do método de investigação histórica, divulgando, entre outras coisas, a concepção de uma história total que fosse desenvolvida a partir de uma problemática (história problema) e que utilizasse interdisciplinaridade como estratégia importante para se chegar ao conhecimento histórico. A reflexão sobre o caráter das fontes históricas também é outra contribuição da escola, a partir dela o conceito de documento histórico será relativizado, no que tange a ideia de verdade e neutralidade, e enriquecido a partir da incorporação de novas formas de fontes históricas, além da escrita. (LUCA, 2005, p.115)

Fazendo uso assim da imprensa como fonte podemos identificar a relação que existe entre esse meio de comunicação e o seu poder de difundir ideologias e (trans)formar opiniões na sociedade contemporânea.

A relação de Fernando Collor com a imprensa durante a campanha foi como uma via de mão dupla. Enquanto Collor transformava a vida política do país em algo atrativo, a mídia lucrava em audiência e vendas de jornais e revistas. Como contraponto, o presidenciável ganhava espaço e consolidava seu projeto político, a fim de torná-lo hegemônico. E para Gramsci, a hegemonia se forma com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua direção moral e intelectual na sociedade civil.

Segundo Gramsci, na Sociedade Civil ocorrem embates constantes de projetos que pretendem se tornar hegemônicos. Esse processo de tornar um projeto hegemônico entendemos como a campanha política, onde ocorre o embate direto de teorias e projetos que cada grupo vê como melhor maneira de materialização do poder e de governar o Estado Restrito⁶. Assim, de acordo com Coutinho, a política forma o núcleo central do pensamento do filósofo italiano, e aquilo que dá sentido a todas as suas inquietações e investigações históricas (COUTINHO, 1992, p.75).

Antônio Gramsci usa o conceito de política em sentido amplo, como prática que supera a manipulação da vida cotidiana e em sentido restrito, quando utiliza o termo para observar que toda a esfera social é norteada pela política.

Desse modo, durante a campanha de 1989 a política ganha ainda mais destaque no cotidiano do país. O embate constante de classes sociais a fim de conquistarem a hegemonia transforma a disputa em algo lucrativo. No segundo turno, em destaque os dois projetos mais significativos o Neoliberal de Fernando Collor e o Social Democrata de Luís Inácio Lula da Silva. Nessa disputa o projeto neoliberal sagra-se vencedor.

Outro conceito Gramsciano bastante significativo nessa pesquisa é o de Aparelho Privado de Hegemonia que aqui se aplica à imprensa. Desse modo, os Aparelhos Privados de Hegemonia são os portadores materiais da Sociedade Civil, ou seja, organismos sociais voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (COUTINHO, 1989, p.77) capazes de difundir interesses privados a fim de que se tornem nacionais. Sendo assim, a imprensa teve papel fundamental na chegada de Fernando Collor à presidência da República. Mas, o mais relevante desse processo é que a imprensa também teve papel

⁶Gramsci possui tanto um conceito “restrito” quanto “ampliado” de Estado. O primeiro – o conceito “restrito” de Estado - corresponde à “sociedade política”, que se refere ao aparato governamental formal do Estado, seja ele administrativo, legal ou coercitivo. Já o conceito “ampliado” vê o Estado como fundido às sociedades civil e política (GRAMSCI, 1934, p.32).

fundamental na retirada do então presidente do cargo de primeiro mandatário da nação. Haja vista que nacionalizou os escândalos políticos envolvendo o então presidente da República.

Sendo assim, a imprensa age hora como Aparelho Privado de Hegemonia a favor do projeto político de Fernando Collor, hora age como Aparelho Privado de Hegemonia do projeto contra hegemônico elaborado no âmbito da Sociedade Civil, já que para Gramsci a hegemonia não pode ser plena. No exato instante em que um projeto torna-se hegemônico, estruturam-se movimentos para sua retirada do poder, os chamados processos contra hegemônicos.

Como ápice da crise de hegemonia, o Movimento Estudantil vai às ruas a favor do processo pró-impeachment, agindo nessa prerrogativa como Partido Político, a primeira célula na qual se sintetizam germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 1934, p.16).

Para Gramsci a crise de hegemonia acontece por que a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força ou consenso da grande massa que passam de subitamente da passividade política para certa atividade e apresentam uma revolução (GRAMSCI, 1934, p.60).

Com o mapeamento da crise do governo evidenciamos quais os empreendimentos em que o governo fracassou e o que culminou no impeachment. Mapear a crise, portanto, é de fundamental importância para que se possa fazer a discussão em torno da conjuntura política do processo de transição democrática do país.

Estudar os âmbitos sociais, político e econômico, não se constitui de maneira separada, eles se relacionam se entrelaçam a todo instante. No referido corte cronológico da pesquisa - 1990 a 1992- período que constitui o governo Collor, estes âmbitos se unem na figura de um presidente emblemático e peculiar.

O governo Collor faz parte do período de redemocratização do país iniciado no Governo José Sarney, momento conturbado e frágil que tem na participação popular o seu auge e o seu declínio. A campanha dos presidenciais de 1989 teve um peso significativo no processo político daquele ano. Com a mobilização da mídia e das lideranças políticas em torno da escolha de um governo que, enfim legitimado pelas urnas, pudesse ser capaz de promover as devidas mudanças democráticas no país.

Todavia, Fernando Collor de Mello, ocupou espaço privilegiado na mídia, e usou de sua criatividade, bom discurso verbal e gestual e do apoio midiático para consolidar sua campanha e projeto político. O “caçador de Marajás” seria o responsável por efetivar as mudanças que a população almejava, mesmo sem contar com uma máquina partidária

significativa, uma vez que, sua campanha estava abrigada no Partido da Renovação Nacional⁷. Collor conquistou o apoio da mídia, encantou a maioria dos brasileiros, bateu seus concorrentes no primeiro e segundo turno e foi eleito presidente que administraria máquina burocrática do país.

Entender a conjuntura política e social do governo Collor, o caráter de seu projeto político e a relação de construção de sua imagem pela mídia é o que norteia essa pesquisa. Faz-se necessária a compreensão desse período intrigante da vida política do país. Sobretudo, da participação popular nos processos democráticos.

Desse modo, a pesquisa está dividida em três capítulos, a saber: o primeiro capítulo **“O espetáculo na política: Fernando Collor e a imprensa”**, voltado para a relação de Collor e esse Aparelho Privado de Hegemonia, que durante a campanha age como receptáculo de veiculação de informações para favorecer a implantação do projeto político de Collor a fim de torná-lo hegemônico e que após a campanha nacionaliza a crise de hegemonia. O que se pretende é entender como isso ocorre através da bibliografia que trata sobre a relação de Collor e a imprensa.

No segundo capítulo, intitulado **“O ‘Caçador de Marajás’ no poder: análise das principais medidas do governo de Fernando Collor de Mello”** será realizado o mapeamento das principais medidas política do governo Collor de 1990 a 1992, com análise do posicionamento dos dois impressos sobre a já potencializada crise política através de análises dos editoriais e matérias nacionalizadas pelos jornais em estudo sobre os principais escândalos envolvendo a equipe do Governo. Para essa análise fez-se necessário o mapeamento de todos os editoriais e matérias publicadas durante o referido corte cronológico, para só então selecionar os de maior relevância para a pesquisa. Após a análise dos referidos editoriais poderemos evidenciar o posicionamento dos jornais em relação ao governo. O que se pretende é sustentar que a crise política foi noticiada de maneira diferente nos dois impressos.

E, por fim, no terceiro capítulo intitulado **“Impeachment já: a participação do movimento estudantil no afastamento de Fernando Collor”** tem como tema a participação popular nos processos democráticos do país. Nesse capítulo, pretende-se fazer uma discussão

⁷O partido de Fernando Collor inicialmente chama-se Partido da Juventude. Um pequeno partido que possuía direito à uma hora de programa eleitoral na televisão. Fernando Collor apareceu em um programa do PJ a campanha de 1989 produzido por uma agencia de publicidade, Setembro, como resultado trouxe visibilidade ao “Caçador de Marajás” que mudou o nome do partido para Partido da Reconstrução Nacional. Ao decidir o nome do Partido junto com a sua equipe de campanha, Fernando Collor resolveu que não deveria ter derivados dos verbos ‘renovar’, para não ecoar o partido da ditadura, Aliança Renovadora Nacional, nem ‘mudar’, por demais associado ao slogan “Muda Brasil”, da Nova República. Acabou criando o Partido da Reconstrução Nacional, PRN (CONTI, 1999, p.143).

historiográfica sobre o processo de impeachment e a conjuntura política do país durante esse período demonstrando que o movimento pró-impeachment foi ocasionado pela falha do presidente Fernando Collor na condução do seu projeto político. Para tanto faremos uso dos editoriais do ano de 1992, período de intensificação da crise política e social que motivou o afastamento do primeiro mandatário da nação.

Capítulo 1 - O ESPETÁCULO NA POLÍTICA: O Governo de Fernando Collor e a sua relação com a imprensa

A campanha de 1989 movimentou a vida política do país após um longo período de obscuridade política marcada por um regime antidemocrático que foi o período da Ditadura Empresarial Militar.⁸ Um candidato ocupou durante esse período um significativo destaque na imprensa nacional com um discurso verbal e gestual que viria a se tornar vitorioso. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Regime Empresarial-Militar. Apostou na “Cartada Moralizadora” como discurso político para tornar o seu projeto hegemônico. A “Cartada Moralizadora” baseava-se na indignação moral, era a forma do “Caçador de Marajás” se distanciar dos velhos figurões da política nacional e assim convencer o país de que era o jovem político responsável por modernizar o Brasil.

Para que seu projeto fosse vitorioso, Fernando Collor de Mello molda sua campanha de acordo com os anseios da sociedade brasileira. Segundo Mario Sergio Conti, no livro “*Notícias Do Planalto*”, obra na qual busca detalhar a relação da imprensa com Fernando Collor, o então candidato a presidente inicia sua campanha com o objetivo de ser conhecido pelos brasileiros como jovem enérgico que não participava das jogadas da política tradicional e seu discurso de auto divulgação está muito mais relacionado à indignação moral do que à racionalidade política (CONTI, 1999, p. 13). As aparições de Collor em programas de TVs, rádios e suas imagens praticando esportes ou em alguma declaração polêmica nas principais revistas de circulação nacional contribuíram para que rapidamente Collor fosse conhecido pelo grande público.

Após a pesquisa encomendada à empresa Vox Populi, sua imagem passa a ser vendida para atingir o imaginário popular, que buscava um candidato que se adequasse ao padrão de um país pós-ditadura. Ou seja, o novo presidente deveria combater a corrupção que tinha como um de seus elementos o marajaísmo que Collor já combatia desde a prefeitura em Alagoas. O candidato também deveria estar disposto a tirar o país do subdesenvolvimento, além de ser corajoso e que não estivesse incluso no jogo tradicional da política e ainda tivesse um passado limpo (CONTI, 1999, p. 97).

⁸ Optamos por utilizar “ditadura empresarial militar em detrimento de “ditadura civil militar” por reconhecermos na obra de René Dreifus, “*1964: a conquista do Estado*”, a denominação que melhor caracteriza a situação política brasileira em 1964. Através do mapeamento dos envolvidos no golpe de 1964, o autor mostra que existiu um projeto de classe inscrito no Golpe e na ditadura. Os “civis” a que Dreifus faz menção em sua obra, são empresários que representavam determinados projetos inseridos em sociedade dividida em classe em um determinado momento histórico no capitalismo no Brasil e não entre “civis” e “militares” (DREIFUS, 1987.)

A Estratégia construída em torno da candidatura de Fernando Collor foi minuciosa, um exemplo disso foi a escolha da nova sigla, Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em substituição ao Partido da Juventude, muito embora a tentativa de moldar a campanha de acordo com os anseios populares deixou algumas indagações significativas, sobretudo, em relação ao passado limpo do candidato. Quando ainda era governador de Alagoas, participou de alguns casos que não foram bem explicados, como, por exemplo, no último dia de mandato, Fernando Collor assina uma contratação de vários marajás, ou ainda, o acordo que assina com os usineiros que quebra a economia do Estado (CONTI, 1999, p. 161-182). Nota-se que mesmo defendendo a moralização Fernando Collor também fazia uso de esquemas escusos e dos recursos eleitorais do Marajaísmo.

Segundo Fernando Weltman no livro *“A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do ‘Fenômeno Collor’”*, a imprensa se constitui num fator determinante tanto na formação do quadro eleitoral em que Collor sagra-se vencedor, quanto na formação do contexto de crise em que seu governo se colocou e também na condução do processo de mobilização das forças políticas que o afastaram do poder (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.3-5).

Em análise sobre a campanha presidencial Weltman demonstra que independentemente de quais tenham sido os fatores que contribuíram para a vitória do “Fenômeno Collor”, este deveu sua candidatura na eleição de 1989 muito mais a eficácia de um processo de marketing político realizado pela mídia, do que a fatores políticos (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.11). Entretanto, entendemos que a vitória de Fernando Collor deveu-se ao marketing pessoal que construiu a imagem do “Fenômeno Collor” baseando-se na conjuntura política e social do país pós-ditadura. Os anseios da sociedade brasileira foram estudados pela equipe de campanha do candidato e foram, mesmo que apenas em discursos, defendidos por Fernando Collor, que usava seus instintos de “homem de propaganda”, resultado de sua formação pessoal na área de comunicação. Assim, a sociedade brasileira passou a ver em Collor a solução para a situação política do país.

Para Luciano Martins no texto, *“A autonomia política no governo Collor”*, o candidato recebe durante a campanha eleitoral de 1989 dois tipos de votos: o voto do medo, daqueles que temiam a chegada de um ex-operário ao poder, e o voto da vingança que seriam os votos contra as representações políticas tradicionais e os grandes partidos (MARTINS, 1990, p. 30).

Nessa perspectiva, a autor classifica esse eleitorado entre a massa politicamente desorganizada, o que não quer dizer menos politicamente consciente e os setores afluentes e organizados contra o candidato do PT (MARTINS, 1990, p.35).

Para Skidmore o texto, “*A queda de Collor: uma perspectiva histórica*”, Fernando Collor é fruto tanto do sistema arcaico da política dos coronéis quanto da modernidade, assim como é fruto também da legislação eleitoral de 1980⁹ que possibilitou a criação de uma gama de partidos, além de conceder tempo livre no programa eleitoral a todos os partidos (SKIDMORE, 2000, p. 26). Fernando Collor fez bom uso de tais mecanismos, vestiu e despiu camisas partidárias de acordo com sua conveniência, além de comprar a legenda de vários pequenos partidos para seus pronunciamentos e aparições na televisão. As aparições durante a campanha transformaram Fernando Collor no messias responsável pela salvação do país maltratado por um regime ditatorial.

Como explicar a trajetória rápida de um candidato pouco conhecido pela grande imprensa e que com pouco tempo começa a ser designado na mídia como “Fenômeno Collor”?

As inúmeras aparições, praticando esporte, andando de motocicletas e jet-skis faziam de Fernando Affonso Collor de Mello um típico galã. Seu ar jovial e seu discurso de indignação moral e de caça aos marajás conquistavam cada vez mais adeptos e transformavam a vida política do país em um folhetim acompanhado diariamente. Collor mobiliza as forças políticas e os Aparelhos Privados de Hegemonia, mesmo não tendo uma máquina partidária significativa e militância nos estados, pois sua candidatura estava abrigada na legenda do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), de escassa representação no Congresso.

No embate do segundo turno, Fernando Collor sagrou-se vencedor. Fato que marca a inserção da agenda neoliberal no Brasil. Eleito, precisava resolver problemas políticos, econômicos e sociais. Era de fato o responsável por salvar o país do subdesenvolvimento. O projeto neoliberal era o encarado como único caminho para a resolução dos problemas oriundos da “chamada década perdida”¹⁰.

⁹De acordo com a legislação eleitoral de 1980, pequenos partidos tinham o direito de exibição em horário nobre de programas eleitorais com uma hora de duração. Collor, portanto, apareceu em programas de três pequenos partidos: o Partido da Juventude (que mais tarde virou o Partido da Reconstrução Nacional) em 30/03/1989, o Partido Trabalhista Renovador (PTR) em 27/04/1989 e o Partido Social Cristão (PSC) em 18/05/1989. E a partir de então, assumiu a liderança das intenções de voto (PICCOLO, 2013, p.6).

¹⁰Segundo Fernandes e Pais, houve uma interrupção da história de crescimento como resultado de um amplo conjunto de causas, entre as quais, o peso insustentável da dívida externa, o imobilismo gerado por uma excessiva proteção à indústria nacional, o fracasso dos programas de estabilização no combate à inflação e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento baseado fundamentalmente na intervenção generalizada do Estado na economia. No entanto, do ponto de vista político, essa época marcou positivamente a história do Brasil. Neste período, não apenas se reformaram e se consolidaram inúmeras entidades e partidos populares,

Assim que toma posse no dia 15 de março de 1990, Fernando Collor coloca em prática um conjunto de medidas que tem origem na constatação do esgotamento financeiro do Estado e na redução do déficit público, fatos responsáveis pelos elevados índices de pobreza, desemprego, concentração de renda, baixa escolaridade entre vários outros problemas crônicos nas democracias ocidentais (PICCOLO, 2013, p. 12).

Como solução, em seu discurso de posse, Collor propõe o “enxugamento” da máquina estatal e reforma administrativa. Situando o seu discurso no tripé desestatização, desregulamentação e liberalização dos salários. Além de apontar a inflação como inimigo maior, a reforma do Estado e a modernização econômica também foram pontos centrais do discurso de posse (COLLOR, 1990).

As recorrentes aparições na mídia que durante a campanha eram muito bem elaboradas para conquistar o público, ao longo do governo, não eram mais tão eficientes. O presidente esportista, carismático e fotogênico começa a perder e a credibilidade da população.

Entender como Fernando Collor conseguiu afastar-se da imagem vendida durante a campanha e ficar insulado pelos escândalos de corrupção que revelaram a real face do “Caçador de Marajás”, é de fundamental importância para o entendimento das relações entre o Governo Collor e a imprensa e os (des) caminhos do seu governo.

1.1 Fernando Collor e o jornal Folha de São Paulo

Como já foi dito, a imprensa teve papel importante na ascensão e queda de Fernando Collor de Mello. Durante a campanha de 1989, o então candidato usa a imprensa para “collar” sua imagem jovial, que passa a ser vendida para atingir o imaginário popular, que buscava um candidato que se adequasse ao padrão de um país pós-ditadura Empresarial-Militar.

Segundo Lattman no livro “*A imprensa faz e desfaz um presidente*”, o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) possui algumas particularidades, tais como: o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Regime Empresarial Militar, o mais jovem presidente eleito, o único a conseguir apoio unânime da grande imprensa para sua campanha em 1989, apoio que o mesmo usou para construir sua imagem de jovialidade e de candidato capaz de levar o país à modernidade, além de ser o primeiro presidente a sofrer um impeachment

mas também se iniciou uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988, o que faz com que a década perdida seja entendida como um período de transição, drástico, mas necessário, para o restabelecimento da democracia e futura consolidação da economia (FERNANDES; PAIS, 2013,p.13).

(LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 5). Entretanto, há que se questionar o apoio unânime, uma vez que o jornal Folha de São Paulo, diferente dos demais jornais, já mostrava algumas discordâncias em relação aos discursos de indignação moral apresentado por Collor. Algumas chamadas dos jornais já apontavam a desconfiança do impresso em relação às promessas e a postura do presidencial

A exemplo as reportagens do jornal Folha de São Paulo, “*Collor gasta US\$ 500 mil sem justificativa*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/05/1989, p. 6) que discorre sobre as verbas usadas por Collor enquanto governador de Alagoas sem prestação de contas pelo candidato, fazendo uso de documentos que comprovam as denúncias de uso das verbas a Folha ironiza o fato de que os gastos do Estados são maiores do que os gastos da ministério de agricultura. “*A ascensão de Collor é veloz, inesperada e ambígua*, é outra matéria que trata sobre o crescimento de Collor durante a campanha, e destaca a fala de Collor em comício em que pede apoio e afirma que não tem do seu lado nenhum grande político e nem empresário. Entretanto, a Folha mostra que durante visita a Belo Horizonte onde fazia o discurso, o seu primeiro compromisso foi um almoço com vinte empresários da cidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/06/1989, p. 8).

Também podemos citar os editoriais do mês de agosto de 1989, “*É hilário*”, em que a folha fala sobre as contestações de Fernando Collor em relação as matérias feitas pela Folha mostrando suas ações enquanto governador de Alagoas. O Jornal pontua que além de candidato Collor e jornalista e existe e que as provas e documentos apresentados na elaboração das matérias são incontestáveis (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/08/1989, p. 2).

Carlos Eduardo da Silva no texto “*Indústria da comunicação: personagem principal das eleições presidenciais brasileiras de 1989*” discorre sobre a influência dos meios de comunicação nas campanhas. Discussão pertinente uma vez que as reportagens feitas pela Folha de São Paulo durante a campanha não foram suficientes para impedir que o “Caçador de Marajás” lograsse êxito na campanha.

Segundo o autor, as aparições recorrentes de Fernando Collor no horário eleitoral não foram responsáveis pela vitória. Ao longo da campanha essa imagem foi desgastada e o então candidato só voltou a ter representatividade após apresentar propostas efetivas. Em contrapartida, os demais candidatos já eram conhecidos pelo grande público, mas essa visibilidade estava de encontro com a frustração da população e a falência dos partidos políticos tradicionais (SILVA, 1990, p.125).

Para Silva, o que leva o eleitor a se decidir são as convicções ideológicas ou interesses de classe e qualidades pessoais (SILVA, 1990, p.125). Assim, não é quem tem mais tempo na

TV ou quem tem maiores gastos na produção, nem mesmo a relação de maior audiência, que garante a vitória de um candidato segundo esse autor. O mesmo enfatiza que os formadores de opiniões não são decisivos em uma eleição (SILVA, 1990, p.127,). Todavia, esta interpretação pode ser refutada se forem levado sem consideração os conceitos Gramsciano, mais particularmente o de Aparelhos Privados de hegemonia, que aqui se aplica à imprensa, que são os portadores materiais da Sociedade Civil, ou seja, organismos sociais voluntários e relativamente autônomos em face da Sociedade Política (COUTINHO, 1989, p.77) capazes de difundir ideologias.

A construção do consenso feita pela imprensa durante a campanha 1989 teve papel relevante para eleger Fernando Collor de Mello, que soube construir sua imagem de acordo com os anseios sociais daquele período. Entretanto, a imprensa também tem papel fundamental na crise de hegemonia do presidente eleito, nacionalizando os escândalos e denúncias de corrupção envolvendo o presidente, difundindo assim preceitos para o afastamento de Fernando Collor.

A Folha de São Paulo, nessa conjuntura, manteve hostilidade quando se tratava de Fernando Collor de Mello. Durante os rumores da candidatura do governador de Alagoas à Presidência da República e, percebendo a importância que teria a campanha eleitoral de 1989, a Folha de São Paulo decide não vender “*Coca-Collor*” apenas. Era preciso conhecer o então candidato assim como os demais. (CONTI, 1999, p. 178.)

Com o intuito de conhecer os candidatos e gerar notícias, o jornal coloca um repórter acompanhando cada candidato, deixando o público a par da vida política do país. O repórter da Folha que acompanhou Fernando Collor foi Ricardo Amaral¹¹. Entretanto, as notícias e matérias produzidas por Amaral se distanciavam das hostilidades da Folha contra Collor, o que acabou gerando rumores de que Ricardo Amaral “*colloriu*”¹².

Isso por que, diferente dos repórteres Clovis Rossi, Gilberto Dimenstein, e Elvira lobato, Ricardo Amaral parecia em suas matérias acrescentar a Fernando Collor um ar bonapartista já que apontava que o mesmo falava diretamente com as massas e não estava ligado a nenhum partido, enquanto que os outros repórteres alegavam dúvidas a respeito do projeto ‘independente’ de Collor. Ainda não era possível saber se era real ou mera criação publicitária.

¹¹Jornalista do Jornal Folha de São Paulo, mas que conhecerá Collor enquanto trabalhava na revista Veja e fizera algumas matérias com enquanto era governador de Alagoas.

¹²Trocadilho recorrente em várias reportagens presentes no jornal Folha de São Paulo.

Em entrevista publicada pelo jornal Folha de São Paulo, Fernando Collor foi posto em cheque, uma vez que afirmou que se fosse eleito buscaria uma aliança envolvendo do PT ao PDS, bem ao exemplo do que tentou fazer o Presidente Sarney (CONTI, 1999, p.178-180). Como resposta à contradição, Collor afirmou que era um político honesto, digno e de caráter. A matéria foi encerrada com a análise de Rossi afirmando que Fernando Collor podia ser comparado a Jânio Quadros. Com um ar de ‘janismo remoçado’, de novo a ideia da necessidade de um salvador da pátria (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/06/1989, p. 8).

Já o repórter Gilberto Dimenstein escreveu sobre a contratação de funcionários nos últimos dias de Collor como Governador. O “caçador de Marajás” também fazia uso do marajaísmo que tanto combatia. A intenção com as contratações era garantir votos. Em Alagoas, os repórteres ficaram surpresos com o que falavam sobre Fernando Collor. Não eram apenas sindicalistas ou a oposição que atacavam o Governador, as críticas estavam disseminadas por toda a Sociedade Civil.

Dimenstein também fez matéria sobre a saúde no Estado de Alagoas “*o médico José dos Santos, fala da situação dramática em que está a saúde do Estado. Funcionários estão em greve á vinte dias reivindicando melhores salários.*” Fazendo uso de documentos o repórter mostra que em Alagoas Fernando Collor não tinha sido um bom gestor. FOLHA DE SÃO PAULO, 14/06/1989, p. 8).

Sobre a educação o repórter acrescenta “*o governo Collor é acusado de não construir nenhuma escola, além de ter deixado sem condições de funcionamento as que já existiam.*” Ainda de forma irônica sobre os “*colloridos*” que afirmam que Fernando Collor não fez mais pelo estado por falta de recursos, mostra a relação de verbas destinadas ao Estado pelo Governo Federal enfatizando que as verbas existiam mas não foram utilizadas de forma adequada (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/03/1989, p. 8).

A Folha de São Paulo também fez matérias sobre o assassinato de José Kairala, que fazia oposição a Arnon de Mello¹³, durante seu governo, sobre o mal uso de representação do governo e sobre as viagens constantes de Collor para fora de Alagoas quando deveria governá-la, além de reportagem sobre o acordo com os usineiros que quebrou o estado de

¹³O caso ocorreu em 1963 durante uma discussão no Senado. José Kailara (PSD-AC) foi baleado no abdômen quando tentava conter uma briga entre Arnon de Mello (PSD-AL) e Silvestre Péricles (PTB-AL) enquanto os dois senadores discutiam Silvestre Péricles que já havia ameaçado Arnon de Mello em outras sessões sacou uma arma e atirou contra o rival, José Kailara e João Agripino (UDN-PB) tentaram tirar a arma do Senador neste momento Arnon revida também a tiros e atinge José Kailara que chegou a ser atendido mas não resistiu. Os dois envolvidos foram presos, mas por pouco tempo. Cinco meses após o ocorrido o Tribunal de Justiça de Brasília considerou Arnon de Mello inocente.

Alagoas (CONTI, 1999, p.178-184.). As reportagens deixavam Collor muito irritado, eram fundamentadas em entrevistas e documentos e eram incontestáveis.

Elvira Lobato dissecou o acordo com os usineiros em uma sequência de seis matérias deixando claro que Fernando Collor beneficiava os grandes barões do açúcar por vontade própria e não por constrangimento legal.

Durante o governo de Alagoas, Fernando Collor achava que o principal problema seria domar os usineiros que desde a colônia levaram os governantes alagoanos a se submeterem a seus interesses. Collor comprometeu-se a cobrar as dívidas dos usineiros com o banco estadual, estimadas em 140 milhões de dólares. Em acordo decretou diante de jornalistas que os usineiros poderiam saldar suas dívidas com o Estado com Títulos da Dívida Agrária.

Na última semana de governo, segundo reportagem de Elvira Lobato, o Tribunal de contas reavaliou o acordo entre Collor e os Usineiros e TCE ordenou que a Secretaria da Fazenda refizesse os caçulos e reduzisse em um terço o volume dos gastos (US\$ 66milhões) que o governador se comprometesse a devolver aos empresários no prazo de dez anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/06/1989, p. 8).

As jogadas e acordos secretos pareciam recorrentes no governo de Collor em Alagoas. Enquanto buscava o cenário político nacional com a cartada moralizadora e a “caça” aos Marajás no plano estadual, Collor obtivera uma liminar do Supremo Tribunal Federal que suspendia o pagamento de privilégios salariais aos desembargadores do Tribunal de Justiça. Para evitar atritos jurídicos, o governador autorizou que se pagasse na íntegra os salários dos desembargadores, com a condição de que não divulgassem o acordo (CONTI, 1999, p. 65).

A relação com a Folha de São Paulo chegou ao limite da intolerância quando em 24 de março de 1990 seis fiscais da Receita Federal adentraram o prédio do jornal, armados e uniformizados, e informaram que queriam falar com o diretor financeiro. O pretexto para a diligência era averiguar se a empresa estava cobrando em cruzados as faturas publicitárias referentes à primeira quinzena de março.

Assim como os demais meios de comunicação o jornal Folha de São Paulo fizera as cobranças na nova moeda, o cruzeiro. Usara os mesmos critérios de todos os jornais, revistas e emissoras de televisão. Entretanto, só a Folha foi inspecionado e teve seus arquivos contábeis vasculhados. Por isso, Otavio Frias¹⁴, sempre considerou a invasão uma pressão política, uma retaliação contra as reportagens críticas à Collor publicadas durante a campanha.

¹⁴ Diretor de redação da Folha de São Paulo.

Em resposta a invasão o jornal publicou em 26 de março o texto “*A escalada Fascista*”:

(...) está folha que criticou durante a candidatura de Fernando Collor- como, aliás, todas as outras-; mas que aprovou a audácia do presidente na edição das medidas econômicas, vê sua audácia transforma-se em prepotência e tirania; vê nos apelos do chefe de Estado aos “descamisados”, nas ameaças que profere contra a livre iniciativa, na arrogância pretensamente incontestável de suas atitudes (...) os sinais inequívocos, alarmantes e inaceitáveis de uma aventura totalitária (...) a democracia brasileira não aceita versões juvenis de Mussolini. Aberta, como qualquer empresa, a fiscalização das autoridades. Esta Folha não aceita intimidação grosseira nem ameaças policiais (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/03/1990, p. 2).

A atitude do presidente foi uma forma de tentar intimidar o jornal bem ao molde da Ditadura, entretanto a Folha aproveitou para se promover. A partir desse ocorrido, era a Folha de São Paulo contra o Presidente.

No dia 26 de março Otavio Frias publicou o texto “*Qualquer semelhança não é mera coincidência*”, no qual fez comparações entre Collor e Mussolini, reafirmando o caráter messiânico construído por Collor e referindo-se ao Presidente com críticas ferrenhas a sua personalidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/03/1990, p.3).

Em editorial publicado também no dia 26, “*Pretexto para a agressão*”, conforme trecho abaixo, a Folha discorre sobre a invasão:

A acusação de burla do plano econômico é assim, totalmente ridícula. Dirige-se contra a Folha numa tentativa de intimidação e de chantagem, um claro intuito de vingança política se detona do episódio. Vigorosamente crítica com respeito à candidatura Collor - como foi de texto com relação a todas as demais- atrai agora a investida policialesca do regime vigente (FOLHA DE SÃO PAULO, 1990, p.02).

No referido editorial o jornal afirma que a invasão às suas dependências foi motivada não por uma questão econômica, mas sim por motivação política, direcionada pelo Presidente por conta das questões levantadas pelo jornal em relação à sua candidatura.

Ao assumir a presidência, Fernando Collor mostrou mudanças em seu comportamento e em sua imagem. Apresentava seriedade e parecia ter envelhecido. Passou a usar gel nos cabelos e suas roupas eram mais sóbrias. Passou a tomar atitudes isoladamente, sempre mantendo o foco na reação popular. Eram poucas as pessoas da equipe de governo com as quais mantinha qualquer tipo de intimidade. Se durante a campanha o ar jovial ajudou, agora era necessário um ar mais sério e centrado.

Questionado sobre a invasão à Folha, Claudio Humberto, assessor do Presidente, afirmou não saber do ocorrido, embora soubesse da antipatia existente entre Fernando Collor e o jornal (CONTI, 1999, p.95).

Os escândalos políticos do governo já começavam a vir à tona em março de 1990 através de denúncias feitas pela Folha de São Paulo. Em um primeiro momento apenas relacionado ao segundo escalão do governo e posteriormente com a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1992, para apurar as denúncias de envolvimento de Fernando Collor em esquemas de corrupção, as denúncias atingiram o primeiro escalão.

Em março de 1990, a Folha notícia que o governo havia contratado empreiteiras sem licitação para o projeto S. O. S Rodovias. Como justificativa o governo alegava o caráter emergencial de recuperação das rodovias federais:

(...) o projeto S. O. S rodovias prevê a recuperação de 15 mil quilômetros de rodovias. Mas havia a irritação na alta assessoria do Ministro de infraestrutura (Ozires Silva), considerando que a dispensa era 'imoral' e 'ilegal'. O presidente Collor alegava, no entanto, que a recuperação das estradas caracterizava um 'caso de emergência' e por isso poderia ser dispensado a licitação. Entre os motivos emergenciais, citou o advento do próximo período chuvoso (FOLHA DE SÃO PAULO, 29/06/1990, p. 6).

As denúncias de dispensas de licitação para a contratação de empresas continuaram em julho, agora relacionados à Petrobrás que, sem licitações, contratou a agência de publicidade *Setembro* para a campanha de lançamento do óleo Lubrax com o custo de 2,5 milhões. Era uma grande conta entregue a uma agência de publicidade pequena ligada a Fernando Collor.

(...) O governo autorizou diversos órgãos públicos, como a caixa econômica federal, banco do Brasil e Receita Federal a contratarem agencias sem licitações. As mais beneficiadas foram a *Setembro* e a *Geovani* e associados. As duas participaram da campanha de Fernando Collor a presidência (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/07/1990, p. 4).

Questionado sobre o caso, o presidente apenas falou sobre a excepcionalidade da contratação uma vez que o óleo precisava ser lançado. Sendo assim, Fernando Collor trocou as agências tradicionais e poderosas que prestaram serviço durante o governo Sarney por

pequenas empresas ligadas a ele. Devido a repercussão das publicações da Folha sobre as contratações sem licitações, as contratações foram suspensas:

Era preciso sobriedade para lidar com as críticas da Folha de São Paulo. No início de agosto de 1990, Collor encaminha a Procuradoria da República um pedido de abertura de processo contra o jornal após a publicação de reportagens que mostravam a contratação de empresas de publicidade sem licitações. Era a primeira vez que um presidente processava um veículo de comunicação (CONTI, 1999, p.78). Como justificativa para o processo Fernando Collor alegou que o jornal estava em uma campanha contra sua figura enquanto presidente da República.

Com a abertura do processo, a Folha de São Paulo, em reportagem do dia 21 de setembro de 1990 intitulada “*Para entender o caso*”, publica um resumo dos fatos para melhor entendimento do leitor e para reforçar o embate entre o jornal e o Presidente, pontuando desde as denúncias de contratação de empresas sem licitações até a contratação de advogados por Fernando Collor para serem assistentes do Ministério Público (FOLHA DE SÃO PAULO, 21/07/1991, p. 5). Abaixo a tabela publicada pela Folha:

PARA ENTENDER O CASO
<ul style="list-style-type: none"> • Duas agência de publicidade que participaram da campanha de Collor, a Setembro e a Geovani Associados, são contratadas sem licitação pelo Governo.
<ul style="list-style-type: none"> • A Folha revela as contratações e revela que elas foram feitas pelo secretário particular de Collor, Cláudio Vieira.
<ul style="list-style-type: none"> • O então Ministro Bernardo Cabral pede abertura de processo contra a Folha.
<ul style="list-style-type: none"> • A procuradoria da república em são Paulo diz ter havido “calúnia” e pede o enquadramento de quatro jornalistas da Folha na lei de Imprensa.
<ul style="list-style-type: none"> • A folha reluta a acusação de calúnia e quer provar a veracidade do noticiário.
<ul style="list-style-type: none"> • A procuradoria geral da república abre, em Brasília, um inquérito para apurar a legalidade dos contratos de publicidade do governo.
<ul style="list-style-type: none"> • O juiz da 4ª vara federal criminal de são Paulo aceita a denúncia contra a Folha.
<ul style="list-style-type: none"> • A Procuradoria Geral da República, conclui que os contratos de publicidade do governo, feitos sem licitações, são “ilegais, lesivos e imorais” e pede a anulação dos atos à justiça.
<ul style="list-style-type: none"> • A procuradoria ingressa na ação popular movida pela deputada Tutu Quadros, com o objetivo de anular os contratos feitos sem licitação.

(FOLHA DE SÃO PAULO, 21/07/1991, p. 5).

A disputa judicial com a Folha de São Paulo estendeu-se até janeiro de 1992, quando o justiça absorveu os jornalistas envolvidos no caso.

Ao longo do governo os escândalos políticos envolvendo o presidente ou pessoas diretamente ligadas a ele não foram poucos. E durante esse período a vida política do país era acompanhada diariamente tanto pelos impressos quanto pelas redes de televisão. Fernando Collor gerava notícia, mas a sua boa relação com a mídia durante a campanha não continuou durante o Governo.

1.2 Fernando Collor e o jornal O Globo

Quando olhamos para a trajetória rápida de Fernando Collor de Mello, uma pergunta surge: como foi possível que um candidato pouco conhecido e de frágil base político-partidária pudesse ter vencido as eleições, derrotando políticos tradicionais, nacionalmente conhecidos pela imprensa e eleitorado? A hipótese que se pretende sustentar é que sua eleição vem do apoio recebido pela mídia e assim a nacionalização de sua imagem, bem como a falência de partidos políticos tradicionais em virtude da conjuntura política de um país pós Ditadura Empresarial-Militar.

Diferente da relação com a Folha de São Paulo, Fernando Collor recebeu do jornal O Globo apoio durante a campanha e durante o governo. Haja vista que o referido Jornal faz parte das organizações Globo que representa uma das maiores e mais influentes redes de telecomunicações do país.

Foi através de um programa da emissora de televisão das organizações Globo, *Globo Repórter*, que Collor dá o primeiro passo para a visibilidade nacional. Com enfoque direcionado à “caça” aos marajás, o programa nacionalizou a imagem de um jovem político que tomou posse do governo de Alagoas e o seu projeto de moralização da política (PICCOLO, 2013, p. 12).

O apoio de Roberto Marinho durante a campanha de 1989 foi de fundamental importância para o projeto de Collor tornar-se hegemônico. Entretanto, quando procurado por Fernando Collor em 1988, na sede do jornal O Globo, para apoio a candidatura, Roberto Marinho viu em Fernando Collor apenas um filho de um antigo sócio querendo abrir caminhos próprios na política¹⁵. Não viu no jovem potencial para candidatura para presidente, na melhor das hipóteses seria vice. As organizações Globo só demonstraram apoio ao

¹⁵ O Jornal Gazeta de Alagoas da família de Fernando Collor era afiliada das Organizações Globo.

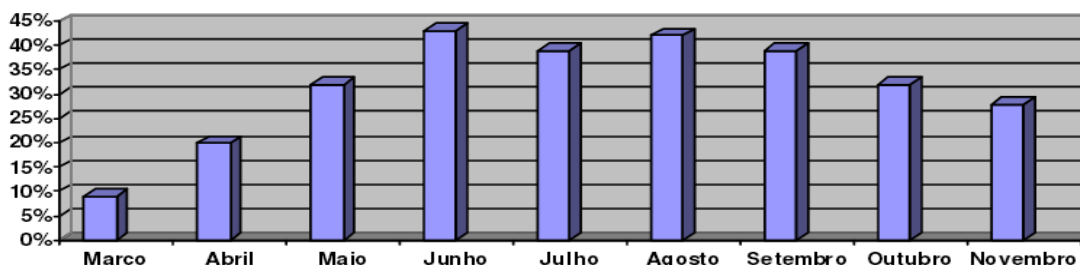
“Caçador de Marajás” quando este já estava à frente de seus concorrentes nas pesquisas eleitorais (CONTI, 1999, p.75).

E como um jovem candidato sem reconhecimento nacional conseguiria sair à frente de concorrentes de nomes reconhecidos politicamente e nacionalmente? O primeiro fator está associado à falência e falta de credibilidade dos partidos políticos tradicionais após o Regime Ditatorial, além da estratégia montada pela equipe de campanha¹⁶ para a nacionalização da imagem de Fernando Collor.

A equipe de campanha identificou que o “caçador de Marajás” era pouco conhecido nas cidades médias, e era nessas cidades que o então candidato deveria se mostrar. Sendo assim, durante alguns dias Fernando Collor deixava o governo de Alagoas e viaja com a equipe por cidades do centro-sul. O secretário de imprensa, Claudio Humberto, ligava para associações sociais e comerciais das cidades e pedia para que recebessem o candidato. Com o encontro marcado, ligava para a emissora da Rede Globo mais próxima para cobrir a passagem de Fernando Collor pela cidade (CONTI, 1999, p. 121-123). Polêmico e com discurso de moralidade e de críticas diretas ao governo Sarney, Fernando Collor era notícia.

Abaixo a representação em gráfico da pesquisa IBOPE, feita em março de 1989, que mostra Fernando Collor em terceiro lugar com 9% das intenções de votos, atrás de Brizola, com 19%, e de Luís Inácio Lula da Silva, com 16%. Uma nova pesquisa realizada em maio já mostra o crescimento de Fernando Collor com 32% da intenção de votos, seguido de Leonel Brizola com 15% e de Luís Inácio Lula da Silva com 11% da intenção de votos.

**Evolução da intenção de voto (estimulada) em Collor
nas eleições presidenciais de 1989**



Fonte: IBOPE. Apud, Singer. (1994. p. 62)

¹⁶O núcleo da equipe de campanha de Fernando Collor estava em Claudio Humberto e Marcos Coimbra, responsáveis por arquitetar as aparições do candidato. Para discutir política contava com Renan Calheiros e Cleoto Falcão. Como consultora econômica contava com Zélia Cardoso de Mello e podia contar ainda com o jornalista Sebastião Nery.

O grande crescimento de Fernando Collor em apenas três meses deveu-se a dois fatores: marketing e dinheiro. Fernando Collor investiu em propaganda e em pouco mais de dois meses apareceu em três programas publicitários de mais ou menos uma hora de duração em cadeia nacional.

Quando questionado sobre o apoio a Fernando Collor, em entrevista, Roberto Marinho respondeu: “*mais ponderado, mais equilibrado, com boas ideias privatistas, do que os outros concorrentes. Se o candidato continuar nesse caminho vou influir o máximo a favor dele*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/08/1989, p. 6). Aderiu ao projeto que segundo ele, tinha maior potencial para derrotar Lula e Brizola¹⁷

Em editorial do dia 05 de Agosto de 1989 com o título “*Convocação*”, Roberto Marinho demonstra total apoio ao “Furacão Collor”:

Um candidato, afinal, com uma abordagem moderna e otimista dos problemas brasileiros, que devolva a nação o direito de sonhar com o futuro. Esse candidato oferece a nação uma alternativa melhor que a de obrigá-la a escolher entre um projeto caudilhesco-populista e outro meramente contestatório. (O GLOBO, 1989, p.02)

O dono da Rede Globo sempre esteve envolvido na política nacional. E nessa eleição precisava apoiar um candidato que atendesse a seus interesses. As aparições nos programas da emissora e, sobretudo a edição feita pelo Jornal Nacional do debate entre Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva às vésperas do segundo turno, fizeram total diferença na formação de opinião do eleitorado.

Para a classe dominante, as candidaturas de Brizola e Lula se apresentavam como ameaçadoras. Por um lado, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que era identificado por setores militares e pela direita conservadora como agitador dos meios operários e vinculado aos comunistas por desencadear em 1961 a Campanha de Legalidade, assumindo uma postura radical contra a iniciativa de golpe de 1964. Brizola atuou de maneira direta como entrave à atuação de setores dominantes principalmente ligados ao capital internacional, na implantação de seus projetos. Do outro lado da oposição Luís Inácio Lula da Silva que, vinculado ao Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, havia incorporado novos sujeitos sociais, movimentos populares e ambientalistas e de minorias, Prometia junto à classe trabalhadora uma nova forma de fazer política no Brasil, de romper com o que a classe dominante chamava de “paz social” (SOUZA, 2014, p. 11).

¹⁷ Entrevista cedida ao jornalista Neri Vitor Eich do jornal Folha de São Paulo.

A ideia central de apoio a Fernando Collor era a manutenção do seu projeto político que era a implantação e efetivação do neoliberalismo. Um governo de Brizola ou Lula significaria um governo não comprometido com a “economia de mercado”. (SILVA, 2009, p.210)

A Rede Globo de Comunicações via em Fernando Collor a imagem perfeita para o embate a esses dois fortes candidatos das minorias. As relações entre o dono das organizações Globo e Fernando Collor ficaram cada vez mais estreitas. As aparições de Fernando Collor em programas da emissora também passaram a ser recorrentes, e esse fato tem bastante relevância na preferência de Fernando Collor pelo eleitorado uma vez que os jornais impressos não atingiam a dimensão que a televisão alcançava durante esse período.

O combate de Fernando Collor aos Marajás durante o governo de Alagoas rendeu ao governante aparição no programa Globo Repórter em 1987. O combate à inoperância, ao empreguismo e as distorções salariais que ocorriam em Alagoas que Fernando Collor fervorosamente dizia ser contra acabaram trazendo-lhe reconhecimento nacional. Entretanto o que mais chamava atenção do programa global eram os falsos marajás. Isso por que o termo pejorativo designava funcionários que faziam uso do aparelho estatal para benefício próprio, imaginavam-se figuras bem vestidos e o que se via nas imagens eram funcionários de roupas puídas e de olhar de candura para as câmeras, com jeito desengonçado, o que fazia com que as falas de indignação do apresentador parecessem falsas já que os ditos “privilegiados” despertavam compaixão e não revolta.

As aparições no Sistema Globo e sua imagem diariamente em revistas e jornais de circulação nacional, acabaram nacionalizando o ar jovial, enérgico e carismático de Fernando Collor. Era a exaltação do novo que mais uma vez tomava a cena da política nacional.

Através de seu conhecimento em marketing político e com uma verdadeira empresa política eleitoral a seu favor, Collor construiu uma imagem que diante da crise econômica e política do país tocou as massas populares e a elite empresarial. Nesse contexto, a escolha do projeto defendido por Collor significava a modernidade e a perspectiva de futuro promissor para as elites que se beneficiariam da política econômica de mercado (SOUSA, 2014, p.17).

Segundo Gelson de Almeida, no texto *“História de uma década quase perdida”* o baixo crescimento econômico da década de 1980, o fracasso de sucessivos planos contra a inflação e os pedidos de empréstimos ao fundo monetário internacional (FMI), somados a dívida externa, mostram a ausência de um acordo entre as elites sobre o projeto comum de acumulação que substituísse o desenvolvimentismo (ALMEIDA, 2011, p.58-59).

Nesse contexto, ainda na década de 1980, consolida-se a agenda política neoliberal¹⁸ a partir dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979-1990) e de Ronald Reagan nos EUA (1981-1989). Essa agenda política tornou-se dominante em vários países da América Latina como México, Chile e Argentina.

Sobre o projeto neoliberal o autor Paulo Paiva, no texto “*Colloreeconomics*” faz uma análise significativa sobre a implantação desse projeto na América Latina, sobretudo, no Brasil. Segundo o autor, a década de 1980 é marcada pelo período de reajuste da economia brasileira. Caracterizada pela renda per capita estagnada, pela inflação acelerada, aumento da dívida externa e o fracasso de todos os diferentes planos de ajustamento da economia e retomada do crescimento (PAIVA, 1990, p. 36).

A causa apontada por Paiva para o fracasso da política econômica da América Latina em detrimento da economia europeia e dos Estados Unidos está relacionada ao populismo econômico, configurado pela desigualdade de renda que gera um conflito econômico e assim a escolha da política econômica equivocada.

O populismo econômico está dividido em duas fases, a primeira marcada pela queda da inflação e elevação de salários e produtos e, por conseguinte a queda no saldo da balança comercial e das reservas internacionais. Já durante a segunda fase, com a aceleração inflacionária, caem o salário e a produção e cresce o déficit público (PAIVA, 1990, p. 36).

No que se refere ao Brasil, além das duas fases citadas acima, acrescenta-se o fato do Estado ter servido a interesses privados, por exemplo, na compra de empresas em processo de falência ou no caso da estatização da dívida externa. E ainda o fracasso no estabelecimento do pacto social, ou seja, a incapacidade política do governo em coordenar programas de entendimento entre a classe empresarial e a classe trabalhadora. Ou mesmo, o fracasso de ações entre as duas classes na tentativa de encontrar soluções para seus conflitos sem a intervenção do Governo (PAIVA, 1990, p. 37-38).

Em contrapartida, os países europeus e os Estados Unidos através da onda neoliberal marcada pela austeridade, a política monetária restritiva e o programa de privatizações, conseguiram a estabilização da economia e a retomada do crescimento.

Desse modo, conclui-se que o neoliberalismo foi o fator responsável pelo sucesso da política econômica na Europa e Estados Unidos, enquanto que o populismo foi o principal responsável pelo fracasso do programa de estabilização da América Latina (PAIVA, 1990, p. 36).

¹⁸O neoliberalismo caracteriza-se pela privatização de empresas públicas, fim das medidas protecionistas, retiradas de impostos sobre a riqueza de gastos sociais do Estado. (ANDERSON, 1995).

No fim da década de 1980, parte da burguesia brasileira passou a defender a redução da presença do Estado na economia, principalmente os setores próximos do capital internacional, e a grande imprensa estava alinhada na defesa desse projeto. Sobre tudo a Rede Globo uma das maiores redes de televisão do país.

Collor precisava, além do consenso da população, ultrapassar as barreiras das limitações econômicas e político-institucionais para a implementação do seu projeto político. Mas antes de tudo precisava ter sua imagem nacionalizada e ocupar o vazio político deixado após o regime ditatorial e a incredibilidade dos partidos tradicionais. Fato que conseguiu através da eficiente campanha de marketing e do apoio da Rede Globo de Comunicações¹⁹.

No que diz respeito às limitações econômicas, tentar equiparar à estabilidade econômica, a redução da desigualdade de renda através do aumento de salários ou através da expansão do emprego, não foram tentativas com êxito levando em consideração o passado do país.

Além da ineficiência de instrumentos da política econômica, como o congelamento de preços que se mostrou ineficaz se mantido por um longo período, sobretudo, se houver a expectativa de volta da inflação. Há ainda as implicações das relações econômicas internacionais, no que diz respeito ao pagamento da dívida externa que dependem da integração entre o Brasil e seus credores. Há que se citar ainda, as demandas sociais que decorrem da carência da camada mais pobre, que por consequência impõem a necessidade de gastos que dificultam o controle das contas públicas. Já as limitações político-institucionais estão relacionadas, sobretudo, com a necessidade de negociar com grupos de oposição e as restrições legais do poder Executivo (PAIVA, 1990, p. 41-42).

Ao longo do seu governo Fernando Collor, busca fazer tais implantações para lograr êxito na sua luta contra a inflação e conseguir a retomada do crescimento. Entretanto, suas medidas - em decorrência da falta de apoio político - foram demoradas e as polêmicas em torno de seu governo só aumentavam.

Neste cenário, as organizações Globo não poderiam mais demonstrar apoio a Fernando Collor, à imagem do Presidente e não necessariamente ao projeto político defendido por ele, uma vez que os escândalos políticos colocavam em cheque a defendida “Cartada Moralizadora” do presidente, além do fracasso nas relações políticas e econômicas e por consequência impopularidade nos setores sociais.

¹⁹ Em virtude da escolha de apenas dois jornais como objeto de pesquisa mostramos a análise desses dois Aparelhos Privados de Hegemonia. Entretanto, em uma visão mais ampla da imprensa nacional outros jornais de renome demonstraram apoio ao Governo Collor, a exemplo, O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil.

Capítulo 2 - O “CAÇADOR DE MARAJÁS” NO PODER: análise das principais medidas do governo de Fernando Collor de Mello

Tomando como objeto de análise dois dos jornais de maior tiragem e reconhecimento do período (1990-1992), percebe-se a forte presença de notícias e editoriais ligadas às primeiras medidas do governo e principalmente relacionadas à crise do governo. De 1990 a 1992, o cenário político nacional passou por intensas e significativas transformações. As medidas adotadas por Collor ao assumir o governo, principalmente a implantação do plano econômico, os escândalos de corrupção e as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como as manifestações a favor do impeachment do então presidente eram pautas diárias ao longo do período do governo do “Caçador de Marajás”.

Durante os primeiros meses ano de 1990, os editoriais eram referente às dúvidas acerca do novo governo. Como Fernando Collor iria resolver os problemas nacionais, sobretudo a inflação que assolava o país? Como iria governar com o seu discurso tão fervoroso a favor da moralidade e distanciamento dos jogos políticos? Seria capaz de cumprir o papel de messias responsável pela salvação do país? As dúvidas sobre o novo governo eram muitas e os editoriais dos primeiros meses espelhavam a ansiedade em relação às atitudes do novo governo.

Em editorial do dia 04 de janeiro de 1990, o jornal Folha de São Paulo aponta as incertezas acerca do governo:

A incerteza quanto ao futuro governo Collor de Mello que persiste na exata medida da incipiência nas articulações políticas com vistas a composição do ministério vai levando a comportamentos paradoxais em diversos setores políticos. Trata-se de uma situação provisória que o estabelecimento de diretrizes e as primeiras medidas de governo irão, bem ou mal, dissipar. Nem por isso deixa de ser importante registrar o grau crescente de indefinição de que estar cercado o debate político e econômico-características sem dúvida indesejável, num momento de crise tão profunda como a que se verifica no país (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/01/1990, p. 2).

O jornal refere-se ao mistério em torno da formação da equipe do Governo em virtude dos discursos políticos que Collor defendia durante a campanha. O tão divulgado afastamento de Fernando Collor dos grandes figurões e partidos da política nacional acabava gerando desconfiança em torno da base governamental necessária para a governabilidade que o novo Presidente precisaria para ter êxito na resolução dos principais problemas enfrentados pelo país. Ainda assim, conseguimos perceber que embora houvesse certa desconfiança, o

jornal demonstra otimismo em relação ao projeto de governo quando aponta que “*Trata-se de uma situação provisória que o estabelecimento de diretrizes e as primeiras medidas de governo irão, bem ou mal, dissipar*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/01/1990, p.2).

As “certas indefinições” de que trata o referido editorial, são as ideias ainda sombrias em relação às soluções que Fernando Collor apontava para conter a inflação e a crise econômica isso por que quando questionado sobre os principais problemas nacionais, apenas afirmava que iria conter a inflação com apenas uma jogada. Mas não explicavam quais seriam as atitudes do governo em relação a isso. Mário Sergio Conti, afirma que Fernando Collor não tinha certeza sobre qual seriam as medidas do seu plano econômico. Nesses primeiros meses Fernando Collor estudava as possibilidades (CONTI, 1999, p175-177).

O jornal O Globo também demonstra curiosidade e incerteza em relação às próximas medidas tomada pelo novo governo. Entretanto, não houve publicação de editoriais durante o mês de janeiro ligado diretamente a imagem de Fernando Collor, apenas editoriais ligados ao projeto de plano econômico, sua elaboração e equipe.

Em editorial do dia 05 de janeiro de 1990, intitulado “*Duas correntes*”, o jornal Globo demonstra certa desconfiança nas atitudes que Collor pretende tomar. O editorial fala da equipe que elabora o projeto e cita que é composta por economistas de duas correntes diferentes, mas com um denominador em comum a todos: a necessidade de um forte ajuste fiscal.

(...) os pontos de divergência poderão aparecer quanto ao passo seguinte. As diretrizes divulgadas por Collor durante a campanha falam, por exemplo, que, em função da renegociação da dívida externa e do ajuste fiscal, o Governo contaria com US\$ 94 bilhões em cinco anos, a serem aplicados nos programas sociais e ainda sugere que sete bilhões anuais sejam destinados à distribuição de cesta básica de alimentos á população eventualmente atingida por uma recessão. Esses gastos, de alguma maneira, anulariam o efeito de ajuste fiscal, o que significa que o déficit público permaneceria como está mudando-se apenas a qualidade das despesas. Felizmente, há tempo suficiente para que a discussão amadureça e o novo governo assuma sem dúvidas quanto a rumo que irá tomar no campo econômico (O GLOBO, 05/01/1990, p.4).

Nesse trecho do editorial percebemos que o jornal O Globo é contra o uso de dinheiro público para projetos sociais, em virtude dos gastos que isso acarretaria para o Estado. Estando assim aos moldes das políticas neoliberais. E enfatiza que as discussões em torno da política econômica devem ser amadurecidas pelo novo Governo.

O trecho do editorial demonstra o jogo de interesses por trás do apoio orquestrado pela Rede Globo à campanha do “Fenômeno Collor”. Entendemos a imprensa como aparelhos

privados de hegemonia, grandes empresas de comunicação defendendo seus próprios interesses, neste caso, a dinamização do capitalismo no Brasil.

Em matérias do dia 10 de janeiro de 1990, o jornal aponta que o programa econômico do Governo Collor está sendo elaborado “*baseado na credibilidade de um Governo eleito pelo voto popular*” aponta os nomes responsáveis pela elaboração do plano:

Chefiados por Zélia Cardoso de Mello e economistas Ibrahim Eris (consultor independente e ex-assessor do governo Figueiredo), Luís Otávio da Motta Veiga (ex-presidente da comissão de valores mobiliários) e Eduardo Modiano (economista da PUC-Rio) trabalham freneticamente, liderando uma equipe de mais de 30 técnicos na elaboração do programa que prevê um aumento muito grande dos impostos para conter o déficit público (O GLOBO. 10/01/1990, p.02).

As medidas neoliberais apresentadas no projeto político de Collor, sobretudo, na esfera econômica, significou a adequação da burguesia da classe dominante a esse novo panorama econômico e social. E nesse projeto a imprensa teve papel relevante no processo de controle social, insuflando na população ideal de desenvolvimento pautado nas ideias neoliberais. No texto, “*O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil*”, de David Maciel, o autor demonstra esse processo no trecho: “*O projeto neoliberal emergiu como uma das alternativas históricas vislumbradas no interior do bloco no poder para atualizar sua dominação social*” (MACIEL, 2011, p.98) A burguesia apostava as fixas no “Caçador de Marajás”.

Enquanto o jornal Globo mostrava no editorial acima, a equipe de Governo que trabalhava na elaboração do Plano. A Folha de São Paulo do mesmo dia, em editorial, intitulado “*A viagem de Collor*”, sobre a viagem de férias que Collor anunciou fazendo uso de jatos particulares e hospedagem em uma ilha particular na costa africana para Fernando Collor e alguns amigos. Em meio a uma conjuntura cercada de apreensões e de ameaças de uma explosão inflacionaria (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/01/1990, p.2).

Neste editorial a imagem de Fernando Collor é questionada pelo jornal, podemos perceber no trecho:

Collor de Mello a ceder a esse comportamento de descompromisso, afronta à imagem de austeridade que suscitou durante a campanha, e que foi em grande parte responsável pelo seu êxito eleitoral. Esperava-se do presidente eleito uma atitude exemplar a esse respeito, a começar pelos seus gastos pessoais de forma a transmitir a sociedade e a opinião pública a segurança de que as manifestações d período eleitoral seriam levadas a pratica com determinação e audácia durante seu governo.

(...) o comportamento de desatenção frente à opinião pública externada por Collor tem ainda, um agravante de acontecer no contexto de uma atmosfera de indefinição a respeito das diretrizes econômicas de seu governo (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/01/1990, p.2).

O que se percebe nesse editorial, além do controle, vigilância e crítica feitas pela Folha sobre as atitudes de Fernando Collor, as diferenças em torno da relevância da viagem entre os dois jornais. Enquanto a Folha noticia em editorial, com título que remete ao duplo sentido, fazendo referência à atitude considerada errônea de Collor, o jornal O Globo nem ao menos fala sobre a decisão do presidente eleito de tirar alguns dias de folga com amigos enquanto a equipe econômica trabalha. Preferiu, em matéria, mostrar a equipe liderada por Zélia Cardoso de Mello responsável pela elaboração do plano econômico, esclarecendo os nomes dos intelectuais responsáveis por elaborar as diretrizes econômicas que seriam responsáveis pelo controle da inflação e retomada do crescimento.

Em 15 de março de 1990, Fernando Collor toma posse e anuncia as diretrizes para o processo de reconstrução nacional pautadas na reformulação do papel do Estado, no combate à inflação e na modernização econômica através da abertura para o capital estrangeiro e das privatizações.

Em discurso, Fernando Collor afirma o que espera da sociedade e dos partidos:

(...) Minha eleição retrata e confirma a liberdade cívica. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com melhor sentido de interesses público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto às críticas que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponho. (COLLOR, 1990)

E ainda aponta a inflação com maior inimigo, um problema que além de desorganizar o país também o desmoraliza, levando em consideração que o Brasil é um país de grande potencial, além de ser uma agressão permanente ao assalariado. Ainda afirma que a meta do seu primeiro ano de governo não é diminuir a inflação e sim liquidá-la (COLLOR, 1990).

O jornal Folha de São Paulo em editorial no dia 16 de março, “*Palavras do Presidente*”, faz as devidas críticas ao discurso de posse. Elogia-se a postura de Collor em apontar os principais problemas que devem ser combatidos, como a inflação e a reajuste nos déficits sociais:

(...) o discurso do presidente Collor longe das exaltações de campanha, mas com impressionante firmeza, o presidente assumiu compromissos com uma linha programática que dificilmente mereceria algum reparo. (...) o

presidente Collor foi assim persuasivo e convincente (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/01/1990, p.02).

Mas, como característica do jornal em relação aos editoriais sobre o novo governo, após os elogios lança uma dúvida, em um jogo constante de “bate e assopra” presente nos editoriais do mês de janeiro de 1990:

(...) Mas se o futuro governo corresponderá de fato ao que se propõe eis uma pergunta que se torna mais candente á medida mesma que seu programa, de forma nítida e inteligente, aponta para soluções corretas e imprescindíveis na conjuntura brasileira (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/01/1990, p.02).

Após o discurso de posse, as expectativas voltaram-se para a apresentação do plano econômico. Fernando Collor estava apostando todas as fichas nas medidas econômicas que seriam adotadas no Plano Brasil. O plano econômico foi apresentado no dia 16 de março de 1990 em rede nacional pela ministra Zélia Cardoso de Mello.

2.1 O plano econômico de Collor

O plano do governo chamado de plano Brasil Novo, pouco utilizado, Plano Collor, como comumente ficou conhecido, mas que em geral designa o confisco de dinheiro das cadernetas de poupanças. Tinha um leque de outras medidas em áreas diversas, como política de renda, finança pública, reforma do Estado, política cambial e comércio exterior. Anunciadas junto ao confisco, essas medidas são relacionadas ao governo e não necessariamente ao programa de estabilização.

As principais medidas do plano foram o retorno do cruzeiro como moeda oficial, os saques das poupanças e contas correntes foram reduzidos a Cr\$ 50 mil, ficando o saldo restante limitado pelo Banco Central pelo prazo de 18 meses, congelamento de preços, extinção de organismos estatais, além de demissões no funcionalismo público.

Desse modo, a reestruturação das finanças do Estado passaria pela redução dos gastos públicos, pelo fim da concessão de benefícios, reformas fiscais, patrimoniais e administrativas, redefinição do papel do Estado, defesa da economia de mercado e da abertura ao capital externo, além da modernização econômica através das privatizações. (PICCOLO, 2010, p.28)

Entretanto, a medida de maior relevância e discussão adotada pelo plano foi o bloqueio das cadernetas de poupança. De acordo com a Revista de Economia

Política²⁰ podemos visualizar de maneira mais específica as propostas do Plano Collor. Sobre o bloqueio da liquidez:

Bloqueio da liquidez de parte considerável dos haveres financeiros, exceto o papel moeda em poder do público. Os valores em cruzado novos bloqueados ficaram recolhidos ao banco central do Brasil por 18 meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, creditados diariamente, e seriam liberados em doze parcelas mensais a partir de 19º mês. (REVISTA ECONOMICA POLÍTICA, 1990, p. 117).

Segundo Ary Ramos, em texto intitulado, “*Neoliberalismo e Corrupção*”, o bloqueio temporário da maior parte dos haveres financeiros tinha como propósitos afastar a possibilidade de uma hiperinflação, neutralizar o poder de especulação dos agentes, favorecer o ajuste das contas públicas ao reduzir a carga de juros sobre a dívida interna e adiar por certa de dois anos seu impacto no caixa do tesouro (RAMOS, 2006, p.151).

Em análise sobre o confisco o autor aponta que para os economistas e teóricos responsáveis pela formulação da nova estratégia do governo para estatizar a economia, o plano econômico penalizava os ricos e não os pobres, posto que apenas 10% da população possuíam ativos financeiros superiores aos 50 cruzeiros estabelecidos. (RAMOS, 2006, p.151)

Todavia, o plano Collor foi um grande choque para aqueles que difundiam a ideia de que seria no governo do Luís Inácio Lula da Silva que ocorreria o confisco dos recursos financeiros e a apropriação de recursos privados pelo Estado.

O autor Thales Torres Quintão no texto “*A relação entre o (neo) patrimonialismo e a sociedade civil no caso Collor*” aponta que Fernando Collor fez do seu governo um Estado Patrimonial através do confisco das cadernetas de poupanças e a principal consequência disso é o enrijecimento do Estado e asfixia da sociedade (QUINTÃO, 2011, p. 91-93).

Para Quintão, um Estado Patrimonial é uma instituição que não possui destinações entre limites do público e do privado. Exatamente como ocorreu durante o governo Fernando Collor, da apropriação dos valores das contas correntes e cadernetas de poupanças ao impeachment, o governo de Fernando Collor apropriou-se dos recursos do Estado e do privado para utilização em esquemas de corrupção que em sua maioria estavam ligados à imagem do presidente.

Sobre o plano econômico o jornal Folha de São Paulo publicou no dia 16 de março de 1990, editorial com o título “*Plano Collor*” em que diz: “*O plano econômico do governo Collor surpreende pelo seu impacto e violência. Realiza o mais brutal e impressionante ajuste*

²⁰Revista de Economia Política, vol.10, nº 3 (39), julho-setembro-1990.

de liquidez de que se tem notícia na história brasileira” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1990, 16/03/1990, p.2).

Foi a primeira vez que um plano econômico ultrapassou a esfera do privado e confiscou o dinheiro das cadernetas de poupanças, em nome do bem comum. O efeito desse ato é impossível de ser avaliado em toda sua extensão. De maneira geral, toda a população brasileira foi afetada pelo confisco. Pessoas perderam suas casas, não puderam bancar tratamentos de saúde, ficaram sem carros, sem pagar escolas ou faculdades, perderam dinheiro guardado para ser usado em benefício próprio para ajudar o país a conter a inflação.

Fernando Collor apostou todas as fichas em um plano arriscado para a retomada do crescimento, apostou sua popularidade, apostou seu governo, apostou sua carreira política, na tentativa de conter um mal que assolava a sociedade brasileira e a impedia de crescer.

Embora o plano econômico tenha sido considerado pela Folha como violento, foi considerado adequado em virtude da radicalidade da situação “desesperadora” em que se encontrava a economia brasileira. (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/03/1990, p.02).

No dia 15 de março com o editorial “*O Fiel da transição*”, fez referência ao processo de transição democrática brasileira pontuando o fim desse processo à posse de Fernando Collor de Mello (O GLOBO, 15/03/1990. p.04).

No dia 16 de março, com o editorial “*Imperativo Moral*” o jornal O Globo, faz referência a uma das propostas do plano de Governo, a reforma administrativa.

Fala-se no Brasil, há anos, em cortar a gordura da máquina estatal. Nos quadros funcionais da administração pública, isso significa eliminar, de diversas formas, a remuneração por serviços não prestados. (...) agora, pela primeira vez, das palavras passou-se a ação concreta, da qual não há recuo, tanto pelo compromisso moral assumido pelo presidente Collor como pelas medidas colocadas em preto e branco no Diário Oficial. (...) mais do que mudanças estruturais e operacionais assiste-se à instalação de uma postura moralizante e voltada para a eficiência. Ao assumi-la o Estado se aproxima da Nação (GLOBO, 17/01/1990, p. 04)

O que se percebe nos editoriais do Globo citados acima é a adoção concreta e efetiva pelo jornal do projeto político do Governo Collor. Estipulando o início do seu governo como o fim do processo de transição político democrática do país. Com a posse de Fernando Collor encerrava-se o ciclo de escolha de representantes de maneira indireta e trazia-se luz aos processos democráticos do país. Entretanto, o processo de transição ainda não era efetivo. Com os escândalos que viriam a toma mais tarde esse processo se estenderia até a eleição de 1994.

O editorial “*Imperativo Moral*”, aborda os propósitos da “cartada moralizadora” que o “Caçador de Marajás” tanto defendia em campanha, além de apontar o novo papel do Estado. Enxugar a máquina estatal era necessário para a economia do país, os cortes de gastos, a “caça aos Marajás” e as privatizações eram defendidos como as principais medidas para que o país voltasse a crescer. Para o jornal, o imperativo moral era claro, os poderes Legislativos e Judiciários, assim como os poderes constitucionais dos estados e municípios não poderiam dar uma contribuição que não fosse positiva ao esforço para a retomada do crescimento, através da eliminação do déficit do Tesouro.

O Jornal Globo só falou em editorial do programa de estabilização no dia 01 de abril de 1990, com o título “*O que está em jogo*”, o jornal aponta que o projeto de estabilização é apenas a primeira meta de um programa de desenvolvimento destinado a eliminar os sérios desequilíbrios sociais existentes no País

O Presidente já deu os primeiros passos no sentido de uma significativa redução da presença do Estado na atividade de produção, redirecionando-o para a área social. Para isso, está em curso uma reforma administrativa que tem o objetivo de enxugar e racionalizar a máquina burocrática oficial, de modo a torná-la eficiente e compatível com as exigências de um mundo onde a altas tecnologias ganham prioridade (GLOBO, 01/04/1990, p. 04)

A “redução da presença do Estado” que o Globo cita, fez-se pelo projeto de privatização de empresas estatais que durante esse período já aguardava votação no congresso nacional.

O editorial aborda as medidas para estabilização de maneira enaltecida, com linguagem clara apontando que as medidas adotadas pelo novo presidente eram a única saída para a volta do crescimento. O neoliberalismo era o novo projeto político do país que tardiamente tomava o caminho que vários países pelo mundo já seguiam, o caminho do desenvolvimento através da liberalização da economia, segundo O Globo. Mas, não fala sobre o confisco das contas correntes e cadernetas de poupanças, principal medida do projeto de estabilização.

O plano conseguiu baixar a inflação nos meses seguintes, mas voltou a crescer ao longo do ano. Em fevereiro de 1991 foi lançado o Plano Collor II, que pretendia controlar a inflação através do controle dos gastos públicos e da modernização da indústria brasileira. Entretanto, a inflação voltou a subir, em consequência a ministra Zélia Cardoso de Mello foi substituída por Marcílio Marques Moreira.

O plano econômico era arriscado e, como a ministra deduziu quando apresentou à medida de confisco a Collor, fez muitos brasileiros padecerem. A inflação voltou a subir e

Collor atribuiu o fracasso do plano a "mentalidade inflacionaria do brasileiro." (CONTI, 1999, p. 380), ou seja, não foi um problema de ordem governamental. O plano econômico que deveria vencer a inflação deu errado e a inflação do mês de maio ultrapassou a marca dos 3%, quando deveria estar em zero. A culpa, então, foi jogada sobre os brasileiros e a sua recorrente preocupação com os altos índices de preços e serviços.

Em artigo com o título "*As incertezas do plano Collor*" sobre o plano econômico publicado na Revista Brasileira de Economia²¹, Bresser Pereira faz uma análise sobre o plano:

Continuou com uma avaliação positiva do plano do ponto de vista econômico. Considero-o coerente e progressista, combinando de maneira equilibrada ortodoxia e heterodoxia. Do ponto de vista político, todavia, é inegável seu caráter autoritário que se expressou principalmente no total desinteresse do governo em chegar a um entendimento social antes de editar o plano (BRESSER-PERREIRA, 1991, p.83).

Os planos econômicos do governo Collor foram medidas arriscadas que colocaram em cheque todo o discurso de Fernando Collor durante a campanha. Durante a apresentação do plano Fernando Collor creditava seu governo às medidas econômicas impostas. Na análise de Bresser, o autor identifica o caráter moderno e coerente do plano, entretanto aponta também a incapacidade do Presidente de dialogar com a população, uma vez que estabeleceu medidas tão impopulares e radicais para controlar a inflação. Somados à crise econômica, os escândalos políticos já começam a ser noticiados. A popularidade do presidente começa a cair em virtude da dificuldade de programar medidas significativas para conter a crise.

O autor Luciano Martins no texto "*A autonomia política do governo Collor*", aponta que o "Projeto Renovador" nunca havia de fato sido explicado claramente por Fernando Collor durante a campanha de 1989 que só conseguia ser percebido através de fragmento de discursos do candidato e após a posse em algumas medidas parciais e isoladas do governo que apontavam no plano uma etapa preparatória para a nova definição do Estado, reformulação do modelo de desenvolvimento e nova inserção internacional do País (MARTINS, 1991, p.28).

Entretanto, o cenário não era mais de campanha eleitoral e Fernando Collor precisava sair do campo dos discursos políticos no qual era tão bom e voltar seus esforços para o campo da resolutividade. Era preciso de fato começar a implantar as medidas que defendia durante a campanha de 1989, antes disso precisava conquistar a governabilidade. Visto que possuía uma fraca bancada de apoio em virtude da pouca representatividade do PRN.

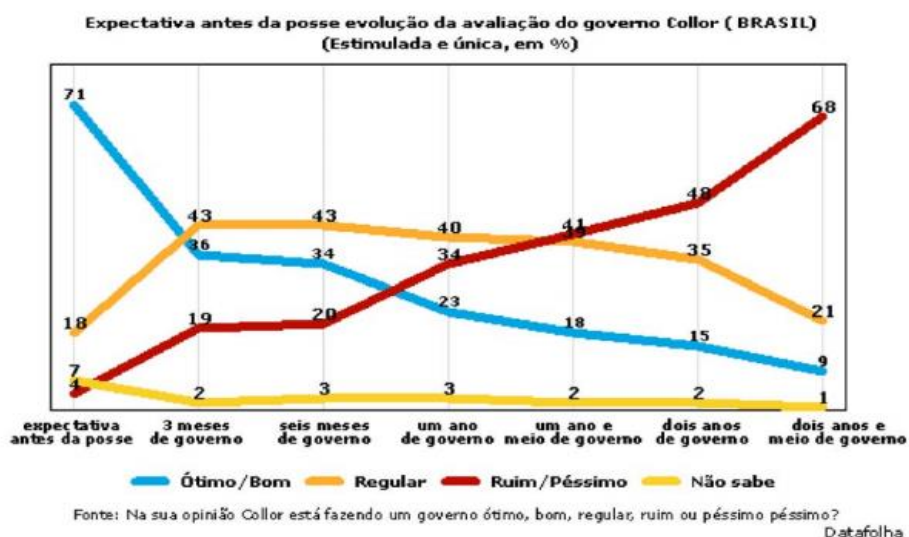
²¹ Revista Brasileira de Economia, vol. 45, nº 4- 1991.

As medidas de Fernando Collor levantavam muitas dúvidas, mas o ponto em comum e de acordo entre os partidos de oposição ao governo (PMDB, PT, PSDB, PDT e PCB) é o reconhecimento da legitimidade do mandato presidencial o que não impede que houvesse consideráveis áreas de divergências, sobretudo no que diz respeito ao projeto político defendido por Collor.

2.2 A crise de hegemonia através dos jornais Folha de São Paulo e jornal O Globo

Após a apresentação do projeto de governo, Fernando Collor começa a pôr em práticas as primeiras medidas de seu governo. Na área administrativa, o governo recadastrou funcionários públicos e extinguiu algumas empresas e órgãos públicos, dentro da proposta de Estado mínimo. Já na área externa, em visita a Argentina em junho de 1990, Collor acertou com o presidente, Carlos Menem, a formação de um mercado comum entre os dois países que começaria em dezembro de 1994 (FOLHA DE SÃO PAULO, 06/06/1990, p.5).

Por conta das medidas nas áreas administrativas e econômicas, Fernando Collor faz um pronunciamento em rede nacional para afirmar que as dificuldades que o país enfrentava eram em virtude das “duras medidas” que a presidência teve que tomar para que pudesse libertar o país da mentalidade e da estrutura do século XIX (COLLOR, 1990). Fernando Collor já havia percebido o processo de desilusão social que se instaurava, somado a isso, os escândalos e denúncias de corrupção vinham à tona intensificando a situação difícil do governo. Abaixo gráfico que demonstra a avaliação do Governo segundo pesquisa da DataFolha em 1992:



Em setembro de 1990 vem a público através da Folha de São Paulo a denúncia sobre as contratações de empresas de publicidades sem licitação que correram já no terceiro mês de governo, todas ligadas à campanha de Fernando Collor.

Em matéria, “*Seleção para publicidade oficial*”, a Folha apresenta a abertura de licitação para contratação de novas empresas de publicidade. Mostrando que esse processo de contratação estava suspenso desde junho de 1990, entretanto, antes da suspensão, empresas ligadas a Fernando Collor durante a campanha já haviam sido contratadas sem licitações.

Antes de suspender as contratações, o governo autorizou diversos órgãos públicos, como a Caixa Econômica, Banco do Brasil e Receita Federal a contratarem agências sem licitação. As agências mais beneficiadas foram a Setembro e a Gioovanni Associados, as duas participaram da campanha de Fernando Collor a presidência. (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/09/1990, p. 04).

Como justificativa para as denúncias, a equipe de Collor informou à imprensa que as contratações foram feitas em caráter excepcional. Entretanto, esse foi apenas o primeiro de muitos escândalos envolvendo a figura do presidente moralista, muitos relacionados à figura de Paulo Cesar Farias, tesoureiro da campanha, e sua influência no Governo.

Ainda se recuperando das denúncias de contratação sem licitações, o presidente da Petrobrás pede demissão do cargo, como justificativa acusa Paulo Cesar Farias de tráfico de influência.

Segundo Conti, quando Mota Veiga foi indicado para ser presidente da Petrobrás foi logo procurado por Paulo César. O tesoureiro queria influenciar decisões tomadas pelo Conselho da Petrobrás para beneficiar seus esquemas de capitalizações de dinheiro, como por exemplo, quando da abertura do processo para construção de uma plataforma. Paulo Cesar Farias queria que a licitação beneficiasse a empreiteira que fosse mais “receptiva” ao governo (CONTI, 1999, p. 403).

Em seguida, Paulo Cesar também manipulou resultados no processo de privatização da VASP, permitindo que a compra da empresa fosse feita por um empresário que financiou a campanha de Collor. Dessa forma, a desestatização defendida pelo projeto de governo de Collor começa no Brasil através de acordo entre empresários e autoridades do governo, sob o signo da corrupção e do tráfico de influências. O nome de Paulo Cesar Farias, ainda, iria ser

notícia e estaria presente em várias manchetes relacionada a escândalos políticos durante os anos posteriores.

Os escândalos envolvendo pessoas próximas ao primeiro mandatário da nação começam a ser recorrentes e tomam as manchetes dos principais jornais de circulação nacional.

No mês de setembro o editorial do jornal Folha de São Paulo, “*Collor não precisa de inimigos*”, faz uma crítica à equipe “collorida” de Fernando Collor referindo-se aos recorrentes escândalos de corrupção envolvendo membros de sua equipe: “*A verdade, porém é simples: o problema do presidente Fernando Collor não são seus inimigos e sim seus amigos.*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/09/1991, p.2).

No mesmo editorial, a Folha de São Paulo cita o envolvimento de Claudio Humberto, porta voz do Governo, em estranhos negócios imobiliários. Além de apontar também a descoberta no Ministério da Ação Social que as ações relacionadas à área de infância tenham caído na rede de tráfico de influências. E o jornal completa, “*se existe alguma rede de corrupção contra a figura do presidente é de seus parentes e amigos, o resto é fichinha.*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/09/1991, p.2).

No texto “*Fontes institucionais da corrupção no Brasil*”, autora Barbara Geddrs faz uma análise interessante sobre a corrupção no país durante os anos do governo Collor. A autora define corrupção como controle abusivo de poder e de recursos do governo visando tirar proveito pessoal ou partidário (GEDDRS, 1991, p. 51).

De fato, a equipe de Collor tinha controle do poder e tirava proveito disso. Foram vários os escândalos envolvendo ministros e pessoas ligadas ao presidente, levando à sucessivas reformas ministeriais e perda de credibilidade do governo que tinha como lema a “Cartada Moralizadora”. Infelizmente, no decorrer dos anos, os escândalos envolvendo Collor ou pessoas ligadas a ele foram fechando um cerco na figura do presidente até o seu afastamento em 1992.

Ainda em editorial de 25 de setembro, “*É Crime contra a segurança nacional*”, o jornal fala sobre a dificuldade de aprovação de emendas do governo pelo Congresso e o pedido feito por Collor de reunião com o Conselho da República (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/09/1991, p. 2).

As críticas nesse editorial são ainda mais irônicas no que diz respeito à aprovação de medidas provisórias ou projetos de leis que já enfrentam grande dificuldade de aprovação em uma única votação simples. A aprovação de emendas será ainda mais difícil: “*(...) conseguiu três quintos, em duas rodadas, em cada câmara do nosso operoso parlamento? Claro que é*

pura perda de tempo alimentar esta fantasia de uma noite de verão á beira do Abaeté.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/09/1991, p. 2).

A dificuldade de aprovação de seus projetos de leis, medidas provisórias e emendas em muito está relacionado com a falta de uma base política e de apoio no congresso que dificultava a governabilidade.

Durante esse período, percebemos a disparidade em relação à forma como os escândalos envolvendo a equipe do Governo eram noticiados nos dois referidos jornais. Com facilidade, encontramos editoriais e matérias sobre os mesmos no jornal Folha de São Paulo, enquanto que o Jornal O Globo não fez referência a nenhum dos escândalos envolvendo Paulo César Farias e o seu tráfico de influências, sobretudo em relação às denúncias de Motta Veiga.

Entre os anos de 1990 e 1991, a Legião Brasileira de Assistência foi presidida pela primeira dama Rosane Collor. As denúncias envolvendo a primeira dama apontam para compras superfaturadas e desvio de dinheiro da instituição durante o comando de Rosane. As investigações apontaram para desvios em nome de uma instituição cujo endereço era a casa da mãe de Rosane Collor.

Como resultado, a primeira dama foi afastada do cargo e a popularidade do presidente que já estava em baixa só piorou. Os escândalos envolvendo Rosane afetavam um dos pontos fortes de Collor exaltado durante a campanha de 89, que era a “família sólida”, resultado de sua sustentação moral. Sua imagem antes construída durante a campanha, agora era desconstruída pela mídia cada vez que vinha à tona outro escândalo ou denúncia de corrupção envolvendo membros da equipe “collorida”.

Em fevereiro de 1991 também foram noticiadas denúncias de fraudes na Previdência Social, e o ministro Antônio Magri foi acusado de omissão na apuração dos fatos.

Como tentativa de conter a crise que já se instaurava, o “Caçador de Marajás” lança o Projeto de Reconstrução Nacional (1991), no qual estão explicitadas as principais tarefas necessárias para enfrentar os desafios internos e externos. De acordo com o projeto, as medidas objetivavam reerguer a economia e resgatar a dívida social para que o país atinja metas aceitáveis de prosperidade e justiça social. (COLLOR, 1991, p.19).

O projeto era composto por sete emendas constitucionais, 42 projetos de leis e dez decretos. Apontava que em um ano de governo estas ações teriam logrado êxito nas áreas determinadas como prioritárias em seu programa de ação que eram o combate à inflação, a reforma do Estado, a modernização econômica e o aprimoramento do Brasil em relação às questões internacionais. Entretanto, defendia que era necessário um projeto que apontasse o caminho pretendido e o que ainda deveria ser feito.

Abaixo segue uma tabela publicada pela Folha de São Paulo e o Globo resumindo as principais medidas do “Projeto”:

OS DESTAQUES DO “PROJETÃO”	
PAPAE DO ESTADO Apoiar a transformação da estrutura produtiva e corrigir desequilíbrios sociais e regionais.	RELAÇÃO CAPITAL /TRABALHO Fim do imposto sindical e da intervenção do Estado. Será estimulada a negociação coletiva.
MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA A base para isso será a política industrial e do comércio exterior, além da política agrícola.	EDUCAÇÃO A presença do Estado é fundamental. A iniciativa privada caberá um papel complementar.
INFRAESTRUTURA ECONOMICA Fim do monopólio estatal nas telecomunicações, petróleo, energia e portos.	QUESTÃO SOCIAL Reformar o crescimento econômico e viabilizar preços reduzidos para a cesta básica.
PADRÃO DE FINANCIAMENTO Setor financeiro exercerá efetivamente o papel de canal de recursos para a produção.	PREVIDENCIA SOCIAL Revisão das aposentadorias por tempo de serviço, para trabalhadores rurais e professores.

Tabela publicada em: 13/03/ 1991, Jornal Folha de São Paulo e Jornal O Globo.

De maneira geral, o projeto não foi bem recebido por empresários e sindicalistas que acreditavam que ainda estava distante da realidade nacional. Além disso, a corrupção já estava diretamente associada à imagem do governo, que cada vez se distanciava da imagem construída durante a campanha de 1989.

Sobre o papel do Estado especificado no Projeto apresentando por Collor:

Impõem-se ao estado duas grandes tarefas: o apoio à transformação da estrutura produtiva e a correção dos desequilíbrios sociais e regionais.

A retomada do crescimento sustentado se dará a partir da transformação da estrutura produtiva que contemple aumento sistemático da produtividade, melhoria permanente da qualidade de produtos e serviços e fomento à capacidade de inovação.

Caberá ao estado criar as condições macroeconômicas e prover, em trabalho conjugado com a iniciativa privada, a infraestrutura econômica, tecnológica e educacional necessárias à reestruturação competitiva das empresas. Para reverter à situação de grave desequilíbrio social e regional, é necessário, além de mecanismos alternativos de financiamento à infraestrutura social, estabelecer, por meio da coordenação das diversas esferas de governo, políticas sociais, regionais e de caráter compensatório. Assim, o estado estará recuperando sua dimensão de promotor do bem-estar social (COLLOR, 1991, p.33).

Entretanto, para lograr êxito em tais medidas era preciso antes de tudo estruturar o governo e afastar as suspeitas de corrupção que desde o início do mandato viam a toma pela imprensa. Fernando Collor precisava conquistar novamente a credibilidade já abalada.

As tentativas de Fernando Collor de conter a crise não logravam êxito. Tentando ampliar sua base política, em junho de 1991, reuniu-se com Leonel Brizola (PDT) e estruturou um acordo de cooperação entre os governos estadual e federal. Esse sinal de cooperação entre Collor e Brizola não deixou a direção das Organizações Globo feliz (CONTI, 1999, p. 499).

Já em outubro, novas denúncias de irregularidades envolvendo o Exército foram propagadas. A instituição foi acusada de fazer concorrência superfaturada para compras de fardas e equipamentos. O General Carlos Tinoco não deu explicações claras suficientes que pudessem impedir o Tribunal de Contas da União de apurar as denúncias. No mesmo período, o Ministério da Saúde também foi acusado de compra de material de forma irregular beneficiando uma empresa ligada ao ministro Alcení Guerra, que fora indiciado em inquérito da Polícia Federal por prevaricação. Sobre as denúncias citadas acima, o presidente apenas disse que seriam apuradas e as irregularidades seriam punidas.²²

Vários dos editoriais do jornal o Globo de 1991 estão relacionados aos temas voltados para a dívida externa, a crise social, além da resistência enfrentada pelo governo na aprovação do Emenda²³ pelo congresso.

No editorial do dia 09 de abril de 1991, com o título *“Pagando para crescer”*, o jornal toma como tema a dívida externa. Apontando que não foi uma tarefa fácil para o governo o processo de negociação da dívida. No fragmento: *“(...) usando como bandeira nas negociações da dívida externa de uma política econômica de estabilização e reforma capazes de possibilitar crescimento efetivo”* (O GLOBO, 09/04/1990, p.04.), fica claro a alusão ao plano de governo de Collor, o neoliberalismo, como capaz de impulsionar a retomada do crescimento.

Levando em consideração que o que estava em jogo no Brasil de então era garantir a naturalização do projeto proposto por Collor ainda durante as eleições e a construção de um consenso espontâneo em torno do que seria a solução para os problemas nacionais, o jornal O Globo tem em seus editoriais fundamental importância no que diz respeito à criação desse consenso em relação às medidas econômicas.

²² Entrevista de Collor ao jornal Estado de São Paulo em 23/10/1991.

²³ Conjunto de medidas provisórias que segundo Collor tinham caráter emergencial, lançadas em 1991, as emendas estavam relacionadas a economia e a dívida externa.

Já no editorial de quatro de setembro de 1991, mais uma vez, o tema está relacionado com as reformas defendidas pelo governo. No texto *"Porta estreita"*, o jornal faz referência ao Emendão, conjunto de reformas políticas, econômicas e sociais defendidas pelo governo, e que sofreu bastante resistência à aprovação pelo congresso (O GLOBO, 04 /09/1991, p. 5).

Idealmente, todas as propostas do Emendão tinham justificção perfeita. Dariam ao governo instrumentos eficazes para tirar o país não só de uma crise conjuntural- inflação, recessão etc. - mas também do quadro crônico de desequilíbrio e distorção em que vem vivendo enclausurado (O GLOBO, 04 /09/1991, p. 5).

Durante o longo processo de negociação com o Congresso para a aprovação do Emendão, algumas emendas tiveram que ser reanalisadas pelo governo por não terem tido a aprovação do Congresso. Uma delas relacionada à revisão constitucional. Segundo o jornal seria a que mais pesaria ao país: *"É pena que não seja possível fazê-lo agora: o preço para a nação, não será baixo."* O que deixa claro a posição do jornal em relação ao apoio as emendas do governo (O GLOBO, 04 /09/1991, p. 5).

Entretanto, a mudança feita por Collor nas emendas para que fossem aprovadas pelo Congresso, já mostra um fator de abertura para negociação, uma estratégia para reverter seu isolamento político e consolidar alianças eficazes para a governabilidade.

Em determinado momento da crise de hegemonia, o Presidente percebe que precisa, muito embora em momento tardio, criar alianças políticas e formar uma base de apoio mais sólida no Congresso, para assegurar a sua governabilidade. Essa tomada de consciência do "Caçador de Marajás", talvez justifique essa tentativa de negociação com o Congresso, assim como a reforma ministerial após a divulgação de vários escândalos políticos envolvendo sua equipe ministerial.

Embora o presidencialismo dê certa estabilidade ao processo político e segure a renovação do quadro dirigente, pode produzir oscilações em decorrência dos embates existentes entre base do governo e oposição. Essa disputa de poderes, que Brasília Sallum chama de "legitimidade dual", surge a partir da concentração de poderes na presidência. Desse modo, havendo uma polarização institucional, uma disputa de poderes entre as instituições (SALLUN, 2011, p. 171). Isso no que diz respeito à fraca base de apoio que Collor tinha no congresso.

Em editorial no mês de novembro, o jornal O Globo, mais uma vez, faz referência ao crescimento do Brasil em decorrência ao projeto político de Collor. Com o título *"Retrato real"*, o jornal aponta índices divulgados pelo IBGE no senso de 1991. Tais como, *"No ano de 1989 os 10% mais ricos tinham 52,10% da renda nacional, em 1990 diminuíram sua fatia*

para 49,7%. O que significa dizer que 90% restante conseguiram aquinhoar uma fatia maior de bolo.” Mas, esses dados não são postos aleatoriamente no editorial. Logo em seguida:

Essa pequena melhora no nível de qualidade de vida mostra que a sociedade brasileira não se rendeu diante da crise econômica. Esse potencial não pode ser desperdiçado, ainda mais que já foi feito um enorme sacrifício para se anularem os fatores que impediram o Brasil de se desenvolver nos últimos 10 anos- em especial os relacionados com a presença do estado no setor produtivo (O GLOBO, 26/11/1991, p.6).

Tal postura adotada pelo jornal O Globo justifica-se com o que já foi amplamente exposto nesta pesquisa, o fato de as Organizações Globo ter demonstrado apoio a campanha de Collor a fim de nacionalizar o projeto político que era defendido por Fernando Collor.

Embora o país mostrasse pequenos sinais de melhoras como os apontados pelo Globo, essas mudanças aconteciam de maneira muito lenta em comparação caráter emergencial que Fernando Collor tanto mencionava em discursos.

A exemplo disso, a reforma da previdência social que Collor defendia dentro das medidas da “Cartada Moralizadora”, mostrando que nesse aspecto, existiam dois Brasis. Os dos brasileiros que se aposentavam com um salário mínimo e os servidores públicos com uma média de cinco salários. Equiparar essa disparidade e combater as fraudes eram medidas defendidas por Collor. Entretanto, são problemas não só da previdência, mas de todos os setores da vida do país que Fernando Collor conduzia de maneira lenta.

2.3 O ano de 1992 e a crise do governo Collor de Mello

Durante o início de 1992 o governo já estava abalado. As várias denúncias e a falta de uma base de apoio político sólida enfraqueceram o Presidente. Na intenção de conter a crise, Fernando Collor lança medidas emergenciais e uma reforma ministerial para aumentar a credibilidade do seu governo. Abaixo, tabela com as principais medidas anunciadas por Collor:

Incentivo	Acaba a concessão dos incentivos fiscais regionais, garantidos hoje pela constituição. Os incentivos só serão concedidos mediante inclusão previa no orçamento.
Convênios	A união reduzirá a metade das transferências espontânea de recursos federais a Estados e Municípios mediante assinatura de convênios, que somam hoje 1,3% do PIB.
Vinculação	As transferências de receitas federais para educação não mais atenderão a gastos com ensino básico e aos atendimentos de internação e ambulatorial. A união responderá pelo ensino

	superior e pesquisas e por hospital especializado.
Estabilidade	As estabilidades dos servidores públicos ficarão restritas a funcionários concursados com mais de dois anos de serviços e pertencentes a carreiras específicas. Acaba também o princípio da irredutibilidade salarial do setor público.
Aposentadoria	Acaba a aposentadoria por tempo de serviço. Os servidores públicos não serão mais beneficiados pelo reajuste das aposentadorias baseado na evolução dos salários dos funcionários da ativa.
União	A união cobrará impostos sobre renda, ativos e distribuição de bens.
Estados	Os estados cobraram impostos sobre valor adicionado sobre bens e serviços consumidos em seu território.
Municípios	Os municípios cobraram impostos sobre a propriedade imobiliária.
Fundos	A união continuará distribuindo parte da sua arrecadação aos estados e municípios.
Previdência	A receita total sobre imposto sobre transações financeiras será destinada á seguridade social, que contará ainda com verbas orçamentárias.
Impostos	O número de impostos será reduzido de 22 para 9.

Fonte: folha de são Paulo; jornal O Globo, 28/01/1992. Elaboração própria

Mesmo divulgando alguns itens da Reforma administrativa através das medidas anunciadas que pretendia implantar, Collor manteve suspense sobre a composição política como mostra o jornal O Globo em matéria do dia 29 de janeiro de 1992:

O presidente Collor está se esforçando para guardar a sete chaves as mudanças administrativas que ainda pretende fazer. Uma das coisas porem está certa: os cargos do primeiro escalão serão ampliados para permitir uma composição política (O GLOBO, 29/01/1992, p. 2).

O fragmento acima mostra a tentativa de Fernando Collor de aumentar a base de apoio ao governo com uma reforma ministerial. Ampliando a base de apoio, o então presidente conseguiria minimizar a crise e proteger seu cargo. Mas até lá ainda haveria muita especulação e muita pressão política por cargos. Ao demitir dos ministérios seus aliados políticos, Collor sinalizou que só permanecia no cargo quem mostrasse competência administrativa (O GLOBO, 29/01/1992, p. 2).

No dia 23 de fevereiro, na matéria “*Governo oferece cargos até os partidos de oposição.*”, o jornal O Globo, aponta a tentativa de Collor de buscar apoio político:

“Está aberta a temporada de caça a membros de outros partidos”, é como o jornal descreve a atitude tomada pelo governo: “A atitude do governo é completa e nessa caça o governo tenta atrair tanto o partidos ‘mais simpáticos’ como o PDS, PTB e o PL, quanto partidos de esquerda como PMDB e PSDB” (O GLOBO, 29 de janeiro de 1992, p. 2).

Em meio à reforma administrativa proposta por Fernando Collor começa as manifestações dos aposentados contra o não reajuste das aposentadorias, adiado por Collor para início de 1993. O caso causou muita insatisfação e levou a população às ruas de Porto Alegre, em manifestação para pressionar o governo a revogar o projeto de lei.

Em matéria do dia 26 de fevereiro, *“PM reprime com violência manifestações de aposentados”*, o jornal mostra a reação do governo diante do apelo populacional.

Saldados do batalhão de choque da PM reprimiram com violência, ontem em Florianópolis, uma manifestação de mais de mil aposentados, provocando tumulto na frente do Palácio do Governo. Com golpes de cassetetes, empurrões e socos os PMs deixaram feridos mais de 20 manifestantes, além de fotógrafos e cinegrafistas. (...) – foi a maior repressão que já sofremos na luta pelos 147, 06% (O GLOBO, 26/02/1992, p. 2).

Essa manifestação já mostra as inquietações da população contra algumas medidas presidências. Nessa mesma matéria, em crítica à atitude do governo, o jornal enfatiza que tal situação é resultado da política econômica adotada. Política essa que tinha como objetivo dominar a inflação e a dívida externa e que obteve resultados satisfatórios, fazendo assim com que a crise econômica chegasse até a Previdência. *“O orçamento anual tem se prestado muito mais a uma política de favores do que a uma política que vise ao progresso dos pais.”* (O GLOBO, 26/02/1992, p. 2).

Através dessas publicações demonstramos a mudança no apoio estabelecido pelas Organizações Globo ao Governo de Fernando Collor de Mello em virtude da crise política, econômica e social já firmada.

Não cabia mais às Organizações Globo demonstrar apoio a um governo impopular e envolto em tantos escândalos de corrupção e que agora colocava em risco a consenso construído a favor do projeto político defendido pela rede de comunicações de Roberto Marinho. Embora retirasse apoio ao governo, continuava em defesa do projeto político de Collor, o Neoliberalismo.

Em junho de 1992 a situação econômica do país começa a mostrar índices de estabilidade, entretanto, não suficientes a ponto de diminuir a visibilidade dos escândalos políticos envolvendo o presidente Fernando Collor.

Em matéria do dia 26 de julho, “*A inflação estagnada*”, o jornal mostra os dados divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica- FIPE, sobre a inflação dos países nas últimas semanas de maio.

Os dados ora divulgados pela FIPE apontam que a taxa de inflação acusou, nas últimas semanas estranha estabilidade: apesar dos acontecimentos políticos não houve explosão nos preços, mas também ao que parece não se vislumbraram em nossa economia forças capazes de reduzir progressivamente o problema (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1992, p. 02).

Isso ocorre devido ao panorama econômico de um país em crise, como é o caso do Brasil nesse período. A explicação para não elevar os preços está relacionada à queda do poder aquisitivo que favorece a economia aberta à exportação. Desse modo, qualquer reajuste de preços, elevando, geraria a retirada da empresa do mercado. O que está em jogo nesse caso são as vendas. Qualquer ajuste sobre o custo prejudicaria a empresa. Entretanto, nesse clima de recessão os preços estagnam, mas não baixam.

Mesmo com a estagnação da inflação o governo ainda estava envolto aos escândalos deflagrados por Pedro Collor e a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em editorial dia 26 de junho, “*Medida acertada*”, a Folha de São Paulo fala sobre a decisão da CPI em manter-se em funcionamento mesmo com o recesso:

(...) o processo de investigação de tamanha gravidade, que polariza o interesse da opinião pública e do qual, todos tem consciência, dependem em boa parte os rumos do governo Collor. A gravidade do panorama atual continua difícil prever com segurança a trajetória dos acontecimentos. No entanto, a temperatura política continua extremamente elevada. (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1992, p. 2).

Tal fragmento demonstra que nem mesmo o mais pessimistas dos jornais de oposição a Collor vislumbrava os rumos que a história política do país teria. A CPI ocupava o centro das atenções de veículos de comunicação, bem como dos parlamentares que deixavam de lado projetos essenciais para o país por das investigações contra o governo.

Mesmo diante da crise instaurada, Collor continuou a cumprir a agenda de Governo e viajou para os Estados Unidos, passando o cargo a Itamar Franco no mesmo dia do depoimento de Renan Calheiros a CPI. Em seu depoimento, Renan afirmou o envolvimento de Collor com PC Farias. E diante disso Collor resolve processar o ex- deputado por calúnia e difamação (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1992, p. 2).

A crise política só se intensificava e as manifestações populares tornavam o clima ainda mais instável, a princípio comandada pelo Movimento Estudantil no Rio de Janeiro e em São Paulo e depois tomando força em outras capitais e cidades brasileiras. Configurando um dos mais intensos movimentos políticos populares culminando no afastamento do Presidente.

Capítulo 3 - *IMPEACHMENT* JÁ: a participação do movimento estudantil no afastamento de Fernando Collor

O movimento estudantil brasileiro teve fundamental importância nas manifestações *pró-impeachment* que acabaram tomando as principais cidades brasileiras. Um movimento popular contra a corrupção e a favor de mais ética na política, que ficou conhecido como “Fora Collor”.

As primeiras manifestações aconteceram no dia 16 de agosto, que ficou conhecido como “Domingo Negro”, em virtude de a cor preta ter sido usada em protesto contra o pedido feito por Fernando Collor no dia 13 de agosto. Em discurso, o presidente pediu apoio à população e esse apoio deveria ser demonstrado nas ruas no domingo, dia 16, nas cores verdes e amarelas. O que se viu foram pessoas de luto pelo país e a situação política pelo qual a nação estava passando.

Fernando Collor tinha nas ruas a resposta a seu pedido. Sua popularidade estava em baixa e o vento da opinião pública tinha agora outros rumos. O “Caçador de Marajás” necessitava reverter a situação, mas apenas a retórica não mais tinha efeito sobre a população.

Pensar o porquê de milhares de jovens saírem nas ruas das principais cidades brasileiras pedindo o afastamento do presidente sempre foi uma questão que levanta discussões entre historiadores e cientistas sociais. A maior expressão política dessa juventude veio das organizações estudantes nacionais, a União Nacional dos Estudantes (UNE)²⁴ e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)²⁵. Entender com esse processo ocorre é o principal objetivo dessa parte da pesquisa.

A priori, o que estimulou a pesquisa foi a ideia de um movimento político tão intenso partir de uma classe de jovens que, com irreverência e rostos pintados, foram capazes de afastar o Presidente da República. Entretanto, ao logo das leituras e das pesquisas nos jornais, acabamos percebendo que o Movimento Estudantil não era um movimento independente e

²⁴A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. Fundada em 1937, a UNE organiza-se, basicamente, em três instâncias deliberativas: o Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), que reúne os diretórios acadêmicos (DAs) e centros acadêmicos (CAs) do Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), que agrega os diretórios centrais de estudantes (DCEs) e executivas nacionais de cursos; e o Congresso da UNE (Conune), formado por todas as entidades e também por todos os estudantes que quiserem, de maneira livre, participar. (<http://www.une.org.br/movimento-estudantil>, acesso em 13/12/2016)

²⁵A UMES é a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, entidade que representa cerca de 4 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio, cursos supletivos, pré-vestibulares e cursos de educação profissional níveis básico e técnico. Fundada no dia 11 de novembro de 1984, a UMES tem como razão de ser a defesa dos interesses dos estudantes. Ensino público e gratuito de qualidade, democracia e soberania nacional são suas bandeiras permanentes. Para desenvolver a mobilização estudantil, a UMES atua em conjunto com os grêmios (entidades representativas dos estudantes de cada escola) e possui cinco sedes espalhadas pela cidade. (<http://www.umes.org.br/>, acesso em 12/12/2016)

não foi as ruas com os rostos pintados intencionalmente para criar o movimento dos “Caras Pintadas”.²⁶

No texto, *“Os média e a construção dos Caras-Pintadas”*, o autor Thales Torres Quintão procura discutir de que maneira os “Caras- Pintadas” foram construídos, descritos e narrados pelos textos produzidos nesse período pelos vários veículos de comunicação. E, desse modo, discutir como a apropriação desse movimento pela mídia acabou transformando esse período da política nacional em algo atrativo (QUINTÃO, 2010, p. 103).

Os “Caras-Pintadas”, termo utilizado para designar os estudantes que iam às ruas em passeata exigir o afastamento do presidente e que pintavam os rostos como marca característica do movimento, surgiram como figura de destaque entre as diversas forças responsáveis pela derrocada do primeiro presidente eleito após a ditadura. Esse movimento se tornou uma espécie de “porta- voz” do movimento “Fora Collor” junto à esfera pública, mesmo existindo outras entidades civis nesse cenário e com esse mesmo objetivo. Agindo assim como partido político de acordo com a teoria gramsciana, ou seja, organizador da vontade coletiva.

Segundo Quintão, suas manifestações eram retratadas pela imprensa através de generalizações pelos meios de comunicações como manifestações ambíguas, exaltando o contraste ao definir as ações dos estudantes que participavam dessas manifestações que apesar da seriedade dos seus objetivos, suas ações eram também festa, carnaval e brincadeira (QUINTÃO, 2010, p. 109).

Desse modo, os “Caras Pintadas” foram construídos a partir de uma articulação importante entre mídia e a política no Brasil. As manifestações se constituíram em algo para ser visto pelos meios de comunicação, pautado na lógica de que a ação política se tornou um tipo de espetáculo definido. Algo vendável. Transformando a vida política do país em lucro.

Segundo Quintão, a mídia entende a política de acordo com suas estratégias de visibilidade e credibilidade da informação. A função da mídia para servir como condutora de comunicação na esfera pública mudou a ponto de o receptor da mensagem deixar de ser público e passar a ser transformado em audiência, em uma aglomeração de indivíduos consumistas, o que significa supor a existência de um processo de modelagem da política pela mídia (QUINTÃO, 2010, p. 105).

Os “Caras Pintadas” surgiram no processo de apuração das denúncias de corrupção envolvendo o presidente como figuras de destaques entre as diversas forças responsáveis pela

²⁶ No dia 25/08/1992, surgem às primeiras referências aos rostos pintados no jornal Folha de São Paulo e jornal O Globo.

derrocada do primeiro presidente eleito pelo voto direto em quase trinta anos. Esse movimento de caráter estudantil se tornou o “porta voz” do movimento fora Collor junto a esfera pública, mesmo existindo outras entidades civis nesse cenário e com o mesmo objetivo. Nesse processo de exibição de produção de notícia sobre a crise política, os “Caras Pintadas” aparecem para o grande público como algo abstrato, uma ideia, como um conceito criado pela mídia tornando as passeatas visíveis e legitimando-as para os brasileiros.

Para a autora de "*De estudantes a cidadãos*", Ann Mischi, a discussão sobre o movimento estudantil daquele período pauta-se na tentativa de demonstrar se o movimento tinha um desejo verdadeiro pela cidadania, se era uma geração com consciência do que era ser cidadão (MISCHI, 1997, p.134), principalmente se comparado ao movimento estudantil dos anos 60, que começou com a campanha pela reforma universitária e se estendeu ao longo de vários anos de confronto com a ditadura militar. Antes das manifestações pró-*impeachment*, as reportagens sobre o movimento estudantil retratavam o desinteresse e o ceticismo político do que era a “Geração shopping Center”, nascida durante a ditadura e criada entre as expectativas crescentes e desilusões da lenta e conservadora transição à democracia (MISCHI, 1997, p.135). Entretanto, ao longo dos trabalhos da CPI, essa geração foi mudando e se mobilizando deixando de lado os seus projetos pessoais e lutando em prol de um projeto político e social comum a toda a sociedade brasileira.

O que de particular existe entre o movimento estudantil de 1992 e os anteriores é que enquanto as mobilizações anteriores foram conduzidas num campo político polarizado entre o Estado Militar e a oposição estudantil, os "Caras Pintadas" foram atores privilegiados em ampla mobilização da sociedade civil e política contra o governo Collor. Todavia, não foi um movimento independente como a imprensa nacional se esforçou para vender, focalizando o caráter apartidário do movimento e a falta de experiência política e indignação espontânea dos jovens.

Entretanto, o próprio movimento estudantil não se faz uniforme. Analisar o movimento estudantil é, antes de tudo, analisar um movimento plural capaz de se expressar através de vários grupos dentro da condição estudantil. O movimento fora Collor, que na mídia era encabeçado pelo movimento estudantil na imagem dos “Caras pintadas”, foi um movimento também partidário. Formado pela oposição ao governo Collor, PT, PMDB e PSDB.

O que Ana Mischi defende não é a atribuição do fenômeno “Caras Pintadas” a criação da mídia, como defende Quintão, mas atribuir ao movimento uma experiência orgânica

importante que indica mudanças estruturais e culturais tanto na vida quanto nas perspectivas desses jovens, bem como na organização social e política da sociedade brasileira.

A forma como esse movimento foi retratado está diretamente ligada à tentativa de não atribuir ao movimento a contrariedade ao projeto político neoliberal.

Segundo Luís Felipe Franceschini, no texto “*Marajás e Caras Pintadas: a memória do governo Collor nas páginas de o Globo*”:

Para a burguesia e o grande capital, era preferível explicar a queda de Collor como uma exigência de pacíficos e bem humorados estudantes, movidos pela ética e pelo patriotismo, do que partilhar essa capacidade de mobilização entre trabalhadores, sindicalistas e partidos de esquerda, cujas reivindicações iriam muito além do fim da rouboalheira e a punição dos culpados (FRANCESCHINI, 1998, p.116).

Para explicar a crise, a grande imprensa preferiu selecionar uma parte dos fatos (as manifestações dos estudantes) e apresentar como o todo, deixando de lado os outros envolvidos no processo. Fixou a cobertura nos “Caras Pintadas” e traçou para eles um perfil mais inofensivo para os interesses do capital, do que os dos militantes da CUT e dos partidos de oposição, por exemplo.

Embora o movimento dos “caras pintadas” tenha sido construído pelos grandes meios de comunicação, não se pode descartar que uma grande quantidade de jovens foi às ruas militar a favor do *impeachment*. Mas quais as suas motivações?

O texto de Luís Antônio Dias, “*Política de participação juvenil: os caras pintadas e o movimento pelo impeachment*” aponta as causas para as raízes do movimento no próprio pleito de 1989, uma vez que:

(...) de certa forma, a preferência por Collor estava ligada a tendência juvenil de buscar o novo, a modernização da sociedade e Fernando Collor fundou toda a sua estratégia eleitoral na modernização do país. (...) quando em 1992 surgem as denúncias de corrupção do presidente, uma parcela desses jovens considerou-se enganados e, quando o movimento pelo *impeachment* surge como alternativa viável, sentem-se compelidos a participarem. (DIAS, 1990, p.02)

Fernando Collor recebeu o voto de milhares de jovens²⁷ que, estreando no cenário político, se sentiram traídos pelo “Fenômeno Collor” que ao invés de modernizador da

²⁷O direito de voto aos adolescentes, garantido pela Constituição de 1988, só pôde ser exercido em 1989. Apesar do voto, neste caso, ser facultativo mais de 50% dos jovens nessa faixa etária compareceram, em 1989, aos cartórios eleitorais para obter seus títulos de eleitores. Isto significava, em termos absolutos, mais de três milhões de adolescentes, além dos jovens com mais de 18 anos. (DIAS, 1990, p. 06)

sociedade brasileira representava, na verdade, a velha política tradicional de clientelismo e corrupção.

Segundo Dias, embora a outra parcela de estudantes nas ruas seja de não votantes, menores de 16 anos que não possuíam título de eleitor e por conta disso não puderam participar ativamente do pleito, existia entre esses estudantes um sentimento de pertencimento a um grupo. Não foram apenas os votantes que se sentiam traídos e sim, toda a classe estudantil (DIAS,1990, p. 02)

Embora o autor defenda esse pertencimento de classe, não restringe o movimento a um revide gerado pela frustração. Pelo contrário, incorpora outras variáveis como a influência dos meios de comunicação de massa e ao próprio embate existente entre esses meios de comunicação. A busca pelo “furo” acabava por criar uma acirrada concorrência entre os jornais e nessa batalha constante gerava-se muito mais notícias que chegavam ao alcance dos jovens e muitas vezes esses meios de comunicação acabavam partindo para o sensacionalismo.

Entretanto, Dias atribui ao movimento um caráter independente e embora acredite que a imprensa influenciou o movimento através da notícia, também fala que sem as manifestações não haveria *impeachment*:

Sem as passeatas e a demonstração pública de indignação e, mais, de força, o afastamento de Collor seria muito difícil, pois a relação de força não sofreria uma inversão e a sustentação do governo seria possível. Nesse sentido, seria importante observar a atuação e incentivo dos adultos ao movimento. Os pais não viam protesto como algo negativo, mas asséptico, apartidário e, portanto, acima do radicalismo dos grupos de esquerda (DIAS, 1990, p. 02).

Pensar como Dias é pensar utopicamente que um movimento político tão organizado e forte tenha partido somente de um grupo de estudantes e que ao longo das manifestações foram migrando para outras cidades e crescendo a ponto de influenciar positivamente toda a sociedade com seus ideais de ética na política e contra a corrupção.

O movimento foi partidário. Um movimento conjunto entre estudantes, mídia e classe política e outros grupos sociais. Foi no movimento estudantil que surgiram as primeiras faíscas que se transformariam em vontades coletivas, que não se baseavam somente no afastamento do presidente. Existiu um debate sobre outras questões políticas como as críticas à política educacional, às privatizações, ao sistema previdenciário, ao desemprego. Ao longo do movimento, a oposição ao governo via a possibilidade de movimento Contra Hegemônico

uma vez que era a real possibilidade de afastar um presidente por via de processo democrático, através de manifestações populares.

Outro ponto relevante na análise do movimento dos “Caras Pintadas” é o perfil desses jovens estudantes, a grande maioria pertencente às camadas médias. Isso ocorre em virtude da situação da educação brasileira durante o ano de 1992. Durante esse período a maioria dos estudantes secundaristas e universitários pertencia à classe média, além do fato de que as manifestações, na maioria das vezes, acontecerem em dias úteis favorecendo a participação de estudantes que não trabalhavam, ou seja, oriundos de classes mais estruturadas economicamente.

Entretanto, como já mencionado, o movimento “Fora Collor” não foi constituído apenas por estudantes. As centrais sindicais, trabalhadores, setores da Igreja Católica também constituíam o movimento. E embora houvesse outros debates, o *impeachment* do presidente era a pauta principal do movimento. Quando a Câmara aprovou o *impeachment* e Fernando Collor foi afastado e renunciou ao cargo, o movimento acabou.

Segundo Luís Antônio Dias, isso ocorreu por que era um movimento de massas, e sendo assim, não tem possibilidade de manter-se por muito tempo. Tem um objetivo e após a vitória ou derrota, tende a dissolver-se (DIAS, 1990, p.12-13).

3.1 As causas do afastamento do presidente

Em entrevista, Pedro Collor acusou PC de enriquecer à custa do governo e aponta sua associação com o Presidente. Pedro Collor reuniu provas em um “dossiê explosivo”²⁸ que foram publicadas pela imprensa nacional e era o estopim para o processo de afastamento do Presidente. O dossiê foi nacionalizado e gerou uma trama sustentada no tripé PC-Collor-Pedro, que passou a ser acompanhada diariamente pela população através dos veículos de comunicação.

Durante a campanha eleitoral de 1989, Paulo Cesar Faria passou despercebido pela grande imprensa, pagava os gastos da campanha e os salários da equipe “collorida”. Houve casos de assessores que tiveram despesas de escola para os filhos e supermercado pagos pelo tesoureiro. O mesmo não era conhecido pelo grande público, mas em Alagoas sabia-se o que ele fazia e sua importância para a campanha de Collor (CONTI, 1999, 293-294).

No livro “*Noticias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*”, Mario Sergio Conti, se propôs a detalhar a relação da imprensa com Fernando Collor e seus aliados. Mostrar como

²⁸ Forma como o dossiê era descrito nas matérias da Folha de São Paulo e O Globo.

agiam os jornalistas e seus aliados e os laços estabelecidos com o poder político e as redações da grande imprensa.

Durante a segunda parte do livro, o autor narra uma conversa de Paulo Cesar com Fernando Collor sobre o dinheiro arrecadado durante a campanha, em que PC Farias diz a Collor que arrecadou 160 milhões de dólares e desses sobraram 60 milhões e pergunta o que deve fazer com o dinheiro. O presidente eleito pede para que o tesoureiro administre o dinheiro com os gastos durante o período de transição e guarde o resto para serem usados durante a eleição do ano seguinte, uma vez que precisaria de uma bancada forte e de governadores que apoiassem o seu governo (CONTI, 1999, p. 294).

Paulo Cesar administrou bem o dinheiro arrecadado, apenas entre março e agosto de 1990 usou cheques de suas impressas para transferir boa parte do dinheiro para conta de pessoas próxima a Collor como sua ex-mulher e secretários, assessores, além de pagamento de despesas da casa do presidente.

Nessa conjuntura, Mari Sergio Conte, narra de que forma Paulo Cesar conseguiu arrecadar tanto, através de formação de clubes com três categorias de sócios *“numa delas, composta de vinte empresários, pediria 1 milhão de dólares a cada um dos integrantes. A dez empresários pediria 3 milhões de dólares. De cada um dos cinco empresários (...) obteria 10 milhões de dólares”* (CONTI, 1999, p. 289).

Desse modo, PC Farias estava envolto em sonegação de impostos, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Foram essas as denúncias que Pedro Collor fez a grande imprensa em maio de 1992. Mas o que levou Pedro Collor a fazer denúncias contra o próprio irmão? Inveja? Dissidências familiares? Ciúmes? Talvez tenham sido todos esses sentimentos juntos, uma vez que Pedro Collor esperava mais representação com o irmão eleito presidente, o que não aconteceu. Somado a isso o fato de Pedro Collor durante o período de campanha de Collor ter estado à frente da empresa da família e temer que uma possível derrota de Collor levá-lo-ia de volta ao comando da empresa. Embora Fernando Collor tenha sido eleito presidente, Pedro Collor temia perder representatividade na empresa da família. Queria ter o seu próprio espaço e não ficar apenas na sombra de um irmão presidente.

O dossiê de Pedro Collor trouxe consequências diretas ao Governo. A popularidade já em baixa do presidente despencou. Era a prova de que Fernando Collor era apenas discurso. Na prática não passava de mais um político tradicional que durante a campanha eleitoral tanto fazia questão de dizer ser diferente. Em virtude na nacionalização do dossiê de Pedro Collor, foi instaurada em 23 de agosto de 1992, uma CPI para investigar as atividades de Paulo César Farias que pudessem configurar ilicitudes penais.

Em entrevista, Pedro Collor afirma que Paulo Cesar Farias montou, em nome do Presidente da República, uma verdadeira rede de cobrança para liberalização de verbas públicas. E como o dinheiro utilizado por PC foi roubado, extorquido, levantado fraudulentamente, não há como evitar que recaia sobre o presidente a suspeita de conivência, responsabilidade, ou, no mínimo omissão. Afinal, ele estaria junto com Paulo Cesar nessa empreitada (COLLOR, Pedro.1992)²⁹. A CPI apurou o envolvimento de Paulo Cesar e Fernando Collor através de cheques assinados em nome das empresas de PC que foram usados para pagar contas pessoais do presidente.

Somada aos escândalos envolvendo Paulo Cesar Farias, Collor ainda enfrentava a crise estrutural do governo. Cabia a Fernando Collor de Mello pensar a melhor maneira para resolvê-la e manter-se blindado para evitar que os escândalos acabassem abalando sua imagem de político enérgico, jovial e distante das jogatinas políticas de corrupção. No entanto, nenhuma das atitudes tomadas pelo presidente foi capaz de evitar a crise de hegemonia que se instaurava.

A crise institucional, principalmente relacionado à Previdência Social que os estarrecedores episódios de fraudes, sonegação e corrupção apresentadas à opinião pública demonstravam que era preciso tomar providências enérgicas e rápidas contra a crise. Para tanto, o Tribunal de Contas da União inicia dia 28 de janeiro um processo de auditoria operacional nas contas da Previdência Social. O processo de auditoria demonstra que os grandes escândalos de corrupção que assolavam o governo federal e vinham à tona frequentemente na mídia, acabavam motivando na população brasileira o desejo efetivo de moralização.

As medidas contra corrupção eram necessárias, todavia, iniciativas como o processo de auditoria serviram apenas como tática de amplitude conjuntural, naturalmente necessária e ajustada à crise. Mas não desatavam o impasse para qual a Previdência era empurrada ao longo de sua existência, em função do clientelismo político, das práticas corruptas cada vez mais ousadas, da falta de aperfeiçoamento político contínuo do sistema de controle, da incompetência administrativa e dos expedientes de seus dirigentes. Mas não havia alternativa ao governo senão enfrentá-lo diante da pressão impositiva da mídia.

Ainda tentando conter a crise e as críticas da mídia, o governo anunciou a proposta de criar um órgão de assessoramento econômico ligado à presidência da República, com o nome de Secretaria de Programação do Governo. Entretanto, tal ideia sofreu duras críticas da mídia.

²⁹ Entrevista de Pedro Collor ao jornal do Brasil em 23 de agosto de 1992. Disponível no acervo do jornal do Brasil.

Isso por que a polêmica em torno da nova secretaria estava no fato da mesma ser criada para readmitir ao governo o assessor de economia Antônio Kandir, um dos responsáveis pelos dois últimos planos econômicos do governo Collor que não foram capazes de baixar a inflação.

Entretanto, a criação da nova secretaria foi descartada pela assessoria do governo em virtude de ameaças de renúncia do novo Ministro da Economia (Gustavo Krause) contra a admissão do ex-assessor. O que aponta, além da crise política, econômica e social enfrentada pelo governo, os primeiros indícios de fissura do bloco no poder.

Em junho de 1992, a grande imprensa nacionaliza³⁰ trechos do relatório do Tribunal de Contas da União sobre a auditoria nas contas do governo. No que diz respeito aos salários e empregos, o relatório apontava que embora tivesse ocorrido um aumento significativo em relação aos anos de 1990 e 1991, a inflação deteriorava a política salarial do governo. No setor público, o relatório apontava para o fato de o governo conseguir custear as despesas obtendo um superávit. Entretanto nas áreas da saúde, educação e habitação, demonstraram consideráveis indícios de deterioração. Todavia, o ponto de maior relevância no relatório é sobre a Reforma Administrativa:

A reforma administrativa do governo do governo falhou completamente, não respeitando e não valorizando o quadro funcional público, mal remunerado e muito exigido, responsabilizado injustamente pela crise econômica nacional, cuja origem está nas medidas heterodoxas adotadas, impropriamente, para solucionar os problemas que afligem a sociedade brasileira. É preciso reverter essa situação com o aparelhamento da máquina administrativa pública. (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1992, p. 05).

O trecho acima mostra a ineficácia do governo em barrar a crise instaurada no país. Mesmo a reforma administrativa tão salientada por Collor durante a campanha eleitoral como causa para o atraso do país, agora não era mais apontada como a causa da crise.

O relatório do TCU veio à tona junto com os depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigava o caso Paulo Cesar Farias (Caso PC), fato que aumentou as críticas e desconfianças contra o governo Fernando Collor, mostrando que as medidas até então tomadas pelo governo não estavam sendo suficientes para sanar a crise. Fernando Collor não conseguia conter a crise por causa do seu isolamento político, a falta de apoio impedia de Collor pudesse emplacar medidas efetivas contra a crise econômica, política e social do seu governo.

Segundo Skidmore, no texto “*A queda de Collor: uma perspectiva histórica*”, o autor credita a crise política do governo Collor à sua personalidade, a falta de governabilidade e

³⁰ Jornal Estado de São Paulo; Jornal do Brasil 26/06/1990

transparência que Fernando Collor não consegue conquistar por causa da sua incapacidade de negociação. Mesmo levando-se em consideração os fatores ambientais e institucionais, para esse autor, não haveria *impeachment* se não fosse a falta de atributos pessoais de Fernando Collor. Existia uma ambiguidade em sua postura, em decorrência do meio em que Collor está inserido, ora como um coronel nordestino, ora como representante da modernidade (SKIDMORE, 2000, p. 23-25).

O autor compara o cenário político brasileiro de 1992 ao roteiro de um filme. Além dos detalhes da personalidade do presidente, a dívida existente entre Fernando Collor e a mídia brasileira formam um balaio de histórias que transformaram a vida política do país atrativa durante esse período. Segundo Skidmore, o *impeachment* além de uma atração adicional da mídia, foi também um capítulo infeliz na tentativa de redemocratizar o país (SKIDMORE, 2000, p. 25).

Um dos aspectos que se destaca na análise de Skidmore é a pouca ênfase conferida às denúncias de corrupção, causa principal para as manifestações que levaram milhões de pessoas às ruas durante os meses de intensificação da crise.

Por outro viés, Carlos Melo defende que a cerne das dificuldades políticas de Collor derivava da incapacidade de entender que em uma democracia é fundamental gerar consenso através da negociação. Os erros cometidos por Collor estavam basicamente, segundo o autor, em se agarrar à sua tradição política ao invés de se ajustar aos novos tempos de democracia (MELO, 2000, p.168).

As análises sobre o afastamento do presidente apontam como causas a personalidade do presidente, as disputas políticas institucionais, a própria fragmentação partidária. O *impeachment*, entretanto, é um fenômeno político para o qual podemos atribuir muitas causas e que através de inúmeras pesquisas podemos mensurar as consequências para a política nacional.

Um texto bastante abrangente sobre o *impeachment* é o dos autores Bráslvio Sallun e Guilherme Paixão, “*O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo*”. Os autores têm como objetivo apresentar a literatura que tenta responder as causas possíveis para o *impeachment*, isso através de um quadro que articule os fatores apontados por essa literatura acadêmica e a dinâmica política que tornou o *impeachment* possível.

Além de apontar as causas para o *impeachment* de acordo com a literatura existente, os autores fazem uma análise do que falta em cada justificativa. Com relação a perspectiva dada por Skidmore e Melo, que baseiam seus estudos levando em consideração para o *impeachment* a dificuldade de Collor em cumprir as promessas de campanha, os autores

levam em consideração a personalidade e a base sociocultural do presidente em detrimento do panorama político e da corrupção do período de crise.

Os autores que focalizam a *persona* política do presidente percebem nela – e em suas relações com o clã político- familiar que o levou para Brasília – a raiz de suas dificuldades para governar e dos erros que o levaram à queda. Seu estilo de conduta teria se materializado na edição desmedida de medidas provisórias – éditos válidos desde seu recebimento pelo Congresso e reeditáveis a cada trinta dias, a menos que fossem recusadas pelo Congresso (SALLUN; PAIXÃO, 2011, p.168).

O fato de Fernando Collor ser nordestino, vindo de uma família influente na política alagoana e dona de uma emissora de televisão, seriam requisitos que explicariam a dificuldade de governabilidade enfrentada por Collor. Segundo essa linha de justificativa, o erro de Collor foi não conseguir entender que em uma democracia não basta apenas receber os milhões de votos, é preciso criar consenso através de negociações para se obter uma base de apoio governamental. E Fernando Collor não conseguiu em virtude da sua personalidade. O que não se percebe nessas análises são as dinâmicas das instituições políticas, a atuação dos partidos políticos e os embates existentes no presidencialismo.

Sobre o sistema presidencial, a análise de Sallun e Paixão, faz referência à obra de Juan Linz, “*Os perigos dos presidencialismos*”, que aponta o presidencialismo como um sistema político mais propenso ao conflito e ao colapso. Embora o presidencialismo dê estabilidade ao processo político e assegure a renovação dos quadros dirigentes, acaba por criar uma descontinuidade no processo político, que como consequência acaba gerando oscilações de orientação política entre os governos. Soma-se a isso o embate existente no presidencialismo entre os poderes, o que permite caracterizar essa forma de governo independente, enquanto que o parlamentarismo, por exemplo, pode ser considerado um sistema político de dependência mútua. Ou seja, no presidencialismo existe o embate entre os três poderes, enquanto que no parlamentarismo os poderes se correlacionam.

Em suma, o *impeachment* de Fernando Collor para Sallun e Paixão foi o resultado de cinco fatores raros e determinantes que são: as acusações feitas por Pedro Collor; a incompetência de Fernando Collor e Paulo Cesar Farias de esconder suas supostas atividades corruptas, a fragilidade e incompetência da base governista de defender o governo e conter a situação, a ausência de tentativas de silenciar a imprensa e a obsessão de Fernando Collor de permanecer no cargo até o último momento (SALLUN; PAIXÃO, 2011, p.179).

Os vários trabalhos em torno do tema, ligados às Ciências Sociais, se debruçam sobre o tema recorrendo a diversos fatores, muito embora sem conferir significativa importância à corrupção como fator fundamental.

A autora Barbara Geddrs no texto “*Fontes institucionais da corrupção no Brasil*”, faz o mapeamento da corrupção, identifica as características do sistema político que aumentaram os benefícios decorrentes das práticas corruptas e as mudanças que ocorreram na prática da corrupção brasileira, além de identificar os fatores sistemáticos que tornaram essas mudanças possíveis (GEDDRS, 1992, p.10-12).

Para a autora, foram as mudanças na legislação eleitoral e na constituição que aumentaram a probabilidade de corrupção, isso porque diminuíram a capacidade do Executivo para forjar coalizões estáveis e assegurar a fidelidade de seus seguidores no congresso favorecendo práticas corruptas e clientelistas. (GEDDRS, 1992, p. 14)

Para o autor Marcos Nobre no texto “*Pensando o impeachment*”, a compreensão do processo que culminou no afastamento do presidente deve ser buscada, além da crise econômica, na lógica do funcionamento da política institucional, bastante complicada pela entrada em vigor da constituição de 1988 que engendrou um texto constitucional de cunho parlamentarista, em flagrante descompasso com o papel do congresso na vida política do país, em suma, o *impeachment* é reflexo do funcionamento institucional, em que a constituição de cunho parlamentar convive com o presidencialismo (NOBRE, 1992, p. 15).

Mesmo detectando na recessão o princípio decisivo da mobilização da sociedade, Marcos Nobre, não atribuía a ela o papel de detonador do processo de *impeachment*, isso por que as manifestações surgiram no contexto das investigações das atividades de Paulo Cesar Farias. Para o autor, o movimento pelo *impeachment* calou-se em relação ao conjunto de medidas adotadas pelo projeto neoliberal (NOBRE, 1992, p. 18).

Entretanto, isso só seria possível se o movimento fosse neutro e não fosse considerado um movimento contra hegemônico diante do programa de Governo de Fernando Collor. É preciso levar em consideração a presença da base de oposição ao governo na organização e defesa do movimento. Nessa prerrogativa, o movimento estudantil, desenhado pela imprensa nacional como o único responsável pelas manifestações, era apenas um símbolo criado para tornar o “Fora Collor” um movimento popular contra a corrupção da esfera governamental, afastando a discussão sobre o projeto neoliberal que estava sendo implantado pelo governo.

A atuação dos meios de comunicação na vida política do país durante o período de campanha e governo Collor evoluiu do descaso à expectativa, do apoio à decepção, oscilou entre a intervenção clara e o acompanhamento hesitante, atuando como um quarto poder na

esfera social. Criando consenso e iniciativas políticas que foram capazes de, junto ao movimento estudantil e a base de oposição ao governo, fazer uso da nacionalização dos escândalos e potencializando a crise política, econômica e social culminando no afastamento do presidente.

3.2 Criação do consenso sobre o *impeachment* de Fernando Collor de Mello

A imprensa teve papel fundamental na ascensão e queda de Fernando Collor de Mello ao cargo de primeiro mandatário da nação. O que se pretende a partir desse tópico é demonstrar a maneira como o consenso em torno do *impeachment* foi construído pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo durante os meses de agosto e setembro de 1992. Meses em que se intensificaram as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito e a votação do *impeachment*.

Durante esse período, os dois jornais defendem o afastamento do presidente e narram a crise política que se reflete nas ruas através do movimento “Fora Collor”. Entretanto, a nacionalização da ideia de afastamento acontece de maneira distinta nos dois jornais. Enquanto a Folha evidencia radicalmente suas ideias e críticas ao governo, o Globo, principalmente durante o mês de agosto, corrobora ainda de maneira modesta as manifestações e a ideia do *impeachment*. Isso fica claro quando analisamos os editoriais dos dois referidos impressos.

No jornal Folha de São Paulo de 10 de agosto de 1992, a manchete “*PF decide citar Collor no inquérito sobre PC, polícia também interroga em São Paulo a secretária Ana Acioli.*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/08/1992, p 01), confirma as denúncias feitas por Pedro Collor, já que a polícia federal tem em mãos os cheques fantasmas recebidos por Fernando Collor para pagamento de suas despesas por seu ex tesoureiro de campanha. E no depoimento, a secretária, que também teve depositado em sua conta dinheiro ilegal, mostra cópia de contratos na intenção de defender e provar que Collor não tinha envolvimento e nem precisava que Paulo Cesar faria pagasse suas despesas. Entretanto, de nada adiantou. A CPI concluiu o envolvimento de Fernando Collor e PC Farias.

Do lado dessa matéria, na coluna “*Painel*” a Folha ironiza a situação do presidente com uma nota sobre sua festa de aniversário, na Casa da Dinda.

Pelo menos um fantasma participou ontem da festa de Collor (...) não era nenhum dos que povoavam o inquérito da Collorgate, mas o ator Fabio Junior, que interpretou o fantasma de Jorge Tadeu em Pedra sobre Pedra. (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/08/1992, p.3).

Acima dessa nota, uma charge de um fantasma com o rosto do ator. Tal nota exemplifica qual era a relação de jornal com Fernando Collor, uma relação de insinuações, além de reportagens com tons irônicos por parte do jornal. Durante a campanha a Folha fez algumas denúncias e críticas ao candidato que, quando eleito, mandou a Polícia Federal invadir o prédio do jornal. Essa guerra fica bem clara quando se faz uma análise dos jornais do mês de agosto, quando as manifestações caminham junto aos esclarecimentos da CPI.

No dia 12 de agosto de 1992, a Folha de São Paulo, noticia “*Governo tenta barrar relatório da CPI, passeata organizada por estudantes em São Paulo reúne mais de 10 mil a favor do impeachment*”. Nessa matéria aparece uma discordância de dados. Enquanto os organizadores do movimento dizem que o movimento reuniu 20 mil pessoas, a polícia militar diz que o ato reuniu apenas 10 mil pessoas. O que torna o movimento contra Collor “menos ruim”, uma vez que a reunião de 10 ou 20 mil pessoas não exime o fato de ser um número considerável de pessoas contra o governo e a favor de uma moralização política. Na matéria também aparecem as primeiras fotos de estudantes com os rostos pintados.

Quando se imaginava que os anos rebeldes estavam confinados a um enredo de minissérie³¹, uma nova geração estudantil superou a ficção e decidiu caminhar novamente contra o vento. Ao som de “alegria, alegria”, os novos ‘teens’ da rebeldia deram as caras ontem em São Paulo - agora pintadas para a guerra (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/08/1992, p.3).

Nessa primeira matéria da Folha sobre a manifestação estudantil, não se falou em “movimento caras pintadas”. Citava-se a presença de vários estudantes, o movimento só ganha de fato o nome pelo qual ficou conhecido nas manifestações posteriores, quando os rostos dos estudantes pintados viraram características do movimento pró *impeachment*.

Depois dessa manifestação, que gerou surpresas e discussões, sobre a crise política que se instaurava no país, Collor faz um chamado para que a população saísse às ruas demonstrando apoio ao governo “*Aos berros, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1992, p. 05).

³¹ Minissérie exibida na rede globo em 14/07 a 14/08 de 1992. A trama é ambientada no Rio de Janeiro, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1979, sob a ditadura militar. A minissérie aborda o conflito entre individualismo e consciência de classe. (Dicionário da TV Globo, 2003:343)

No dia 15 de agosto de 1992, depois do pedido de Collor, a Folha intima a população a usar preto e faz uma tentativa de mostrar os dois lados. Abaixo da frase “*Use preto em protesto*” o jornal mostra uma senhora que apoia Collor segurando uma foto do presidente e que afirma que também colecionava foto de Sarney. O interessante nesse ponto é que a dona Maria de Fátima Moreira, disse que gostava de Sarney, no entanto votou em Collor que fazia críticas ferozes ao governo de ex-presidente Sarney durante sua campanha. Do lado da foto da senhora, há ainda a frase de um funcionário da Caixa Econômica Federal, Rubens Paiva filho que diz “*Collor pediu um domingo colorido e eu trouxe uma sexta-feira negra para ele*”, em protesto na frente do planalto. (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1992, p. 05)

Nessa mesma edição, o jornal a Folha de São Paulo traz a manchete “*Rio faz maior ato pelo impeachment; Collor usa Caixa na guerra das cores*”, abordando o ato no Rio de Janeiro que aconteceu no dia 14 de agosto e reuniu em torno de 25 mil a 50 mil pessoas. A Polícia Militar falava em apenas 10 mil pessoas.

Para tentar impedir o fracasso da operação verde- amarelo o governo usa recursos públicos. A Caixa determinou que suas agências fossem enfeitadas com as bandeiras, e que os clientes sejam presenteados com brindes nas cores nacionais (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1992, p. 06).

Essas atitudes de Collor só mostram o desespero que começa a se instaurar no governo. Os “*Caras Pintadas*” traziam além de cor às páginas dos jornais, retratava a indignação da população referente à situação. A política nacional virou um espetáculo onde os papéis de mocinhos e vilões estavam já bem definidos, depois de reviravoltas. Assim como em uma trama televisiva. A cada dia era um novo capítulo nas páginas dos jornais.

Ainda na edição de 15 de agosto, o editorial intitulado “*Luto*”, a Folha crítica a atitudes de Collor:

Num misto de exaltação e desespero, o chefe de um governo atolado no escândalo dirige nova e arrojada afronta a opinião pública. Convocando a população para que use as cores nacionais em defesa de seu mandato. (...) os símbolos nacionais que foram levantados pela população nos grandes momentos de mobilização cívica e de luta pela democracia viram-se usurpados por um presidente sem condições de governar (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1992, p. 6).

E evidente no trecho acima a indignação dos editores da Folha em relação às atitudes do Presidente, bem como a chance de inflamar na população a ideia de manipulação das massas, que Collor tenta com a operação verde-amarelo. A Folha de São Paulo se faz da mesma estratégia.

No dia 16 de agosto de 1992, dia em que Collor marca para que a população demonstre seu apoio, a Folha de São Paulo convoca a população mais uma vez para a batalha das cores, dando o lugar e as coordenadas para a população vestir preto e se encaminha para o parque do Ibirapuera. E como já se esperava, o apelo de Collor fracassou.

Na edição de 17 de agosto de 1992, o jornal mostra fotos de pessoas vestidas de preto e de rostos pintados, que atenderam ao clamor pela efetiva redemocratização e moralização da política brasileira.

O que se percebe em análise dos editoriais do jornal Folha de São Paulo é a campanha efetiva e cotidiana a favor do afastamento do Presidente. Todos os editoriais desse mês fazem referências à crise política brasileira. Muito em virtude da importância da situação e também como forma de criar consenso sobre o *impeachment*.³²

No dia 23 de agosto no editorial “*Clima de instabilidade*”, o jornal fala sobre as consequências da crise política principalmente no setor econômico:

Os últimos números da inflação tampouco dão margem para otimismo. A taxa da inflação da inflação da FIPE para a primeira quadrissemana de agosto registrou 21,49% acusando um aumento em relação aos 21,1% obtidos em junho. A divulgação da segunda prévia do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas para agosto revela igualmente uma elevação no ritmo de crescimento dos preços. (FOLHA DE SÃO PAULO, 23/08/1992, p.02)

O jornal ainda completa que devido ao grau elevado de incertezas em relação à crise política e suas possíveis implicações, o isolamento progressivo do Executivo, a situação macroeconômica adversa e a ausência de sinais que a estratégia oficial possa reverter a situação, produziram um ambiente propício a boatos e conjecturas que dificultam ainda mais a recuperação da economia. (FOLHA DE SÃO PAULO, 23/08/1992, p.02)

A situação política desse período trazia consequências em todos os setores da sociedade. Via-se nas ruas a contrariedade do Governo que implicava no setor social. Na economia, a inflação ainda era o maior inimigo e com a crise política só agravava. O setor político vivia uma das maiores crises da história do país. O isolamento do presidente

³² Editoriais de Agosto de 1992 do jornal Folha de São Paulo: “*Conclusão a vista*” (01/08/1992), “*Compra a venda*” (02/08/1992), “*Liberalização para valer*” (03/08/1992), “*Público e notório*” (04/08/1992), “*Questão de coerência*” (05/08/1992), “*Mais e mais escândalos*” (05/08/1992), “*Suspeita por afastar*” (06/08/1992), “*Marcílio prestigiado*” (07/08/1992), “*Planalto à deriva*” (08/08/1992), “*Suspeita no BB*” (09/08/1992), “*CPI de resultados*” (09/08/1992), “*Os canais da fisiologia*” (10/08/1992), “*Discurso inoportuno*” (11/08/1992), “*Verbas manipuladas*” (12/08/1992), “*Juízo inequívoco*” (13/08/1992), “*Desafio da modernidade*” (14/08/1992), “*Artilharia inútil*” (15/08/1992), “*Erro de caçulo*” (16/08/1992), “*Saque de instabilidade*” (17/08/1992), “*Clima de instabilidade*” (20/08/1992), “*O horizonte da crise*” (21/08/1992), “*Conexão visível*” (22/08/1992), “*O alerta das ruas*” (23/08/1992), “*A agonia do governo*” (24/08/1992), “*Vergonha*” (25/08/1992), “*Segredo inaceitável*” (26/08/1992), “*No fundo do poço*” (27/08/1992), “*O juízo da história*” (28/08/1992).

demonstrava que a tal governabilidade que Fernando Collor tanto buscava, havia perdido de vez.

Em editorial do dia 26, “*O alerta das ruas*”, a Folha de São Paulo fala sobre as manifestações que ocorreram em São Paulo e em várias outras cidades no dia anterior, após a apresentação da conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(...) atingiu-se, nos últimos dias um dos pontos mais baixos do período republicano, com o presidente da República citado pela CPI entre os envolvidos em escândalos, em face disso adolescente manifestam - com humor e criatividade característicos - a indignação dos que não perderam a capacidade de se revoltar com o espetáculo de afronta ao interesse público. (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/08/1992, p.02)

As manifestações dos estudantes são citadas constantemente nos editoriais da Folha, o movimento ganha força e peso nas ruas. Vira o movimento “Fora Collor”, um dos mais fortes e intensos movimentos populares contra um governo vigente.

Bem diferente da campanha contra Collor e pró-*impeachment* feita pela Folha de São Paulo em seus editoriais do mês de agosto, o jornal O Globo deu menor importância em seus editoriais a crise política brasileira. Sobre as manifestações, limitou-se a falar sobre o quantitativo de jovens e sobre o caráter organizacional das manifestações.

Em matéria do dia 17 de agosto, “*Multidões vestem luto nas capitais*”, o jornal fala sobre a manifestação do “Domingo Negro”, limitando-se a falar sobre a quantidade de pessoas no movimento e os locais onde ocorreram. Entretanto, fala também sobre o movimento de apoio ao presidente que ocorreu em frente à casa da Dinda, residência de Fernando Collor, que reuniu em de trezentos a quinhentas pessoas (O GLOBO, 17/08/1992, p.06).

De todos os editoriais do jornal O Globo do mês de agosto analisados, apenas um editorial merece destaque por se tratar sobre a crise política, o publicado no dia 23 de agosto, com o título “*Bases de estabilidade*”. O jornal fala sobre a busca por apoio político durante a crise. Segundo o jornal era preciso buscar apoio de maneira honesta, sem troca de favores, do contrário não haveria resultados positivos para a crise: “*A crise política que só tem feito agravar-se não encontrará efeito satisfatório sem que os interesses da Nação sejam colocados acima desse terreno lamacento*” (O GLOBO, 24/08/1992, p.06).

De fato, a crise política pela qual o país passava era fruto dos interesses nacionais serem colocados de lado, em favor de interesses particulares de uma minoria. Por isso, a necessidade de “ética na política” que o movimento “Fora Collor” pedia.

Durante o mês de setembro, o jornal O Globo intensificou as reportagens e os editoriais com a temática sobre a crise política. Isso em virtude a intensificação do movimento pró *impeachment*. No editorial do dia 1º de setembro de 1992, “*O que não muda*”, o jornal O Globo defende a permanência da agenda neoliberal, mesmo com a possível saída de Fernando Collor da Presidência da República:

A expressão “modernidade” entrou em voga desde o início do Governo Collor, e não por acaso, é a rubrica do conjunto de programas e políticas que o presidente define como a espinha dorsal de sua administração. Uma mudança no perfil do Estado, tão profunda que chegue a mudar a relação entre Estado e Sociedade. Outra é uma nova visão do capital internacional e dos laços que o país precisa manter com a comunidade mundial (...) sem dúvida alguma, o presidente Collor mostrou sensibilidade política a identificar os caminhos apontados pela história e ao buscar neles a sua bandeira (O GLOBO, 01/09/1992, p.06).

Mesmo com a possibilidade de afastamento do candidato apoiado pela sua rede de comunicações, o jornal defende a continuidade do projeto político que seria capaz de trazer a modernidade ao país. O jornal ainda acrescenta que não caberá ao governo Collor ressaltar que as políticas de modernidade lhe pertencem e as mesmas não deveriam morrer com o fim do seu governo (O GLOBO, 01/09/1992, p.06).

A mudança de “perfil do Estado”, citada no jornal, é a mudança dentro dos moldes neoliberais. A participação mínima do Estado na economia e em outros setores sociais que podem ser gerenciados pela iniciativa privada.

Para o Globo, algumas estratégias são partidárias, outras têm tal significado e abrangência que se situam em plano mais elevado. São suprapartidárias e pertencem ao momento histórico. Nesse caso, essa questão é o neoliberalismo, que não deve ser visto como uma bandeira levantada por Fernando Collor, mas sim como uma necessidade da sociedade brasileira.

Em matéria do dia 04 de setembro, O Globo, com a chamada “*Prestígio para aliados fieis*”, fala da promessa de Fernando Collor aos parlamentares de retribuir o empenho de quem ajudar a derrubar o *impeachment* (O GLOBO, 04/08/1992, p.03). O que demonstra a tentativa de Collor de buscar apoio e impedir a votação do *impeachment* através da velha política clientelista e de troca de favores que o mesmo representava.

Durante o editorial do dia 16 de setembro, “*Recuperação ética*”, o jornal mostra sobre a necessidade de mudança do Estado para que se consiga sanar o mal que é a corrupção:

Sanar na raiz a corrupção na administração pública leva a muito mais que a punição dos culpados diretos. A trama que estes se serviram poderá

permanecer intacta e a corrupção, uma espécie de cultura nacional (O GLOBO, 16/09/1992, p. 06).

A reforma do Estado que o Globo defende é a de um Estado Minimalista. Capaz de diminuir a atuação de movimentos sindicais, diminuir os elevados gastos sociais e conter as pressões em torno de aumentos salariais. Mantendo o Estado forte, apenas no sentido de acabar com o sindicalismo e de controlar os gastos públicos. Aderindo assim ao receituário neoliberal como responsável da manutenção da ordem e da prosperidade nacional.

O jornal ainda acrescenta que a melhor forma de conter a crise política é aderindo ao sistema parlamentarista, ao invés do presidencialismo. Com a dissolução do Congresso e convocação novas eleições e conseqüentemente a recomposição da legitimidade do Congresso e a responsabilidade com a opinião pública (O GLOBO, 16/09/1992, p. 06).

No dia 21 de setembro, em matéria com a manchete “*Pedro: Collor não pode mais governar*”, o Globo nacionaliza uma entrevista com Pedro Collor sobre a situação política do país. Segundo Pedro Collor, o irmão não tem mais condições de governar em virtude da quantidade de pessoas reunidas nas manifestações: “(...) *pela primeira vez estou com pena de Collor. Ele deve estar com um sentimento muito ruim por ter frustrado 35 bilhões de brasileiros que o elegeram.*” (O GLOBO, 21/09/1992, p. 06).

A queda de braço entre os irmãos transformava a política brasileira em um folhetim acompanhado diariamente através da imprensa nacional. Gerava notícia e conseqüentemente desviava as discussões a respeito da crise política para uma questão familiar.

Em editorial desse mesmo dia, “*Política da cidade*”, o jornal aborda a relação direta de existência entre Estado e Cidadão. Segundo o jornal, melhorar o Estado é melhorar o cidadão. E responsabiliza mais uma vez o mau funcionamento do Estado à crise política instaurada. Em resposta à crise, as cidades começam a se manifestar e o sinal disse são os movimentos das ruas que tem papel importante em qualquer momento grave da política nacional. Mas, para o Globo, tendem ao esgotamento se não levarem a um tipo de consciência mais aguçada do que seja a cidadania (O GLOBO, 21/09/1992, p. 06). Para o jornal, a consciência política de que era preciso afastar o Presidente acusado de corrupção não era suficiente. Para o jornal, o comodismo de depender do Estado para tudo e responsabilizar o Estado por tudo acabava por diminuir o cidadão que não sabe como cobrar aquilo que lhe é direito.

A defesa do Globo é ao projeto político do neoliberalismo e não ao Presidente da República. Para o jornal, as manifestações são válidas, mas a população ainda não sabe o que cobrar de seus representantes. O projeto de Estado mínimo continua sendo defendido nos

editorias do Jornal como a forma de conter a crise. Interessante é perceber que a crise também é em virtude da própria implantação da agenda de governo de Collor, neoliberal, e agravada com os escândalos de corrupção. Entretanto, ao analisarmos o Globo, se tem a falsa ideia de que a agenda neoliberal do governo não era a questão em discussão dos movimentos populares.

O dia 21 de setembro foi último editorial escrito pelo jornal com a temática sobre a crise política brasileira. Mesmo com o *impeachment* aprovado e Collor afastado, nada foi escrito ressaltando a opinião do jornal O Globo sobre a situação, muito menos sobre as expectativas sobre o novo governo.

Os editoriais do jornal Folha de São Paulo do mês de setembro foram mais incisivos nas críticas ao governo e a defesa d *impeachment*. Todos os dias os editorias eram com temática sobre a crise política e a situação de Fernando Collor.

No dia 02 de setembro com o editorial intitulado “*Questão de honra*”, o jornal Folha de São Paulo fala sobre o pedido de *impeachment* do presidente: “*nunca antes uma solicitação dessa natureza reuniu coletânea tão perturbadora de acusações...*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/09/1992, p. 02) e por isso mesmo, nunca se reuniu tantas condições para que o pedido fosse aceito.

Segundo a Folha, não restavam mais dúvidas de que o Presidente já havia sido condenado pelo julgamento da opinião pública. “*É forçoso concluir que ele já não desfruta do respeito imprescindível para se manter no cargo.*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/09/1992, p. 02). Fernando Collor estava sem opções para se manter no cargo. Sem apoio político, com as denúncias de corrupção confirmadas pela CPI e com a condenação da opinião pública, não restava alternativa a não ser a renúncia.

O presidente opta, assim, por aferrar-se a um poder que já não tem como exercer. (...) não tem e não terá, no futuro, condições de liderar a implementação de medidas urgentes para sanear a economia. Não tem e não terá, acima de tudo, a dignidade suficiente para representar o país perante seus próprios concidadãos. Que sofra as consequências de sua obstinação em permanecer no cargo que, moralmente, já não lhe pertence (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/09/1992, p. 02).

A linguagem adotada pelo jornal é muito mais efusiva, com críticas diretas ao próprio Fernando Collor, em comparação a linguagem adotada pelo O Globo. As palavras como “moralidade” e “dignidade” são utilizadas para reforçar as falhas pessoais do

presidente. Duas das qualidades que Fernando Collor se esforçava para demonstrar possuir para a população brasileira durante o pleito de 1989.

Em editorial do dia 06 de setembro com o título “*Manifestação dividida*”, a Folha demonstra o partidarismo existente no movimento. O editorial destaca o adiamento de uma das manifestações em virtude de desavenças entre os organizadores e centrais sindicais.

(...) o desacordo entre líderes sindicais e os organizadores – outras centrais, o governador Luís Antônio Fleury e a prefeita Luiza Erundina- surgiu de uma disputa tão previsível quanto lamentável sobre a paternidade do evento. O líder a central Força sindical Luís Antônio de Medeiros, obteve apoio da FIESP e convidou Fleury para o ato, no qual pretendia levantar a bandeira da continuidade das “medidas modernizantes” (...) o impasse surgiu quando seus adversários do PMDB e do PT decidiram realizar a concentração no Anhangabaú, além de discordar da palavra de ordem nitidamente diversionista. (FOLHA DE SÃO PAULO, 06/09/1992, p. 02).

O movimento refletia o embate de projetos que se pretendiam hegemônicos. O movimento pro *impeachment* significava para a oposição a possibilidade de implantação de um novo projeto político. Existiam os a favor do neoliberalismo e as “medidas modernizantes” e os contrários a essas medidas, os que defendiam a atuação do Estado para diminuir as mazelas da maioria da população.

Com a aprovação do *impeachment*, o editorial do dia 29 de setembro, “*impeachment*”, afirma que a sociedade brasileira já havia proferido o seu veredito à altura do crime cometido por Fernando Collor. “*Se o desenvolvimento da crise chega à beira da ruptura de um ciclo de impunidade, o mérito maior é da população que soube reagir com indignação e perseverança ao enredo de corrupção*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 29/09/1992, p. 02).

A Folha de São Paulo atribui a população o mérito do afastamento do presidente, embora como já demonstrado na pesquisa, o mérito também deva ser dado a imprensa nacional pela nacionalização dos escândalos e pela defesa de projetos conta hegemônicos.

Fernando Collor foi o primeiro presidente brasileiro a sofrer o processo de *impeachment*. Mais do que abalar as instituições, o antigo “Caçador de Marajás” agrediu o programa com o qual se elegeu e as esperanças de mudanças que despertou na população durante a campanha de 1989. Contudo, em seu governo as ideias de modernidade foram manipuladas como mais um marketing em detrimento de ideais verdadeiros de modernização. O “Caçador de Marajás” em seus discursos pretendia ser lembrado como o presidente da

modernidade, entretanto, será lembrado como mais um exemplar de uma política arcaica, corrupta e clientelista.

CONCLUSÃO

Durante os anos de 1990 a 1992 o país passa por um processo de crise política e de mobilização social que teve peso significativo nos processos políticos democráticos do país. O governo de Fernando Collor de Mello teve sua ascensão através da relação de troca estabelecida entre o “Caçador de Marajás” e a imprensa nacional.

O candidato conseguiu através da mídia ocupar o vazio político existente após o Regime Ditatorial, colando sua imagem de modernidade e defesa da moralidade como estandarte de um governo que seria responsável pela modernidade do País através do projeto neoliberal.

Fernando Collor dizia ser o messias para os “descamisados” e o responsável pela modernidade e abertura comercial para a burguesia do país. Pretendia ser lembrado na história política do Brasil como o presidente responsável por sanar a crise política e findar o processo de redemocratização do país, entretanto, será lembrado como mais um representante da política arcaica e tradicional pautada na corrupção e no clientelismo presentes até hoje na política brasileira.

Para embasamento teórico da pesquisa, usamos os conceitos do pensador italiano Antônio Gramsci, aparelho privado de hegemonia que atribuímos à imprensa, responsável pela criação de consenso a favor do projeto de Fernando Collor, bem como, na criação de consenso do afastamento do presidente.

Como partido político, o movimento estudantil foi o responsável pelas primeiras faíscas de vontades coletivas, mas o movimento tomou força e junto com outros movimentos como a CUT, a igreja e a oposição ao governo, foi responsável por difundir os ideias do movimento “Fora Collor”.

Entretanto, o movimento “Fora Collor” foi uma construção da mídia, uma imagem construída do movimento focando apenas o movimento estudantil a fim de mascarar a discussão existente nas manifestações populares que pediam o afastamento do Presidente da República. O que estava em pauta era a discussão da implantação do neoliberalismo.

As análises das publicações dos jornais O Globo e Folha de São Paulo apontam para as inúmeras tentativas efetuadas pelo governo para paralisar a crise política, mas que não foram suficientes. O Executivo conseguia identificar quais os problemas que deveria enfrentar, como a inflação, o desemprego a profunda diferenciação social, a má distribuição de renda. Todavia, não conseguia implacar medidas que sanassem de maneira eficiente tais problemas. A reforma administrativa que durante a campanha e os anos iniciais do governo

era apontada como solução para o subdesenvolvimento, durante o ano de 1992 deixou de ser o carro chefe do governo. Isso posto, foram inúmeras as reformas administrativas e ministeriais, abrindo a base de governo na tentativa de conseguir a governabilidade. Mas nenhuma das reformas foi também eficiente. Após, sempre vinha a tona um novo escândalo.

A crise teve seu auge com a votação pelo afastamento e condenação do presidente, a onda de protestos que o país passou a enfrentar, de agosto a setembro de 1992, em diversas capitais, acabou inflamando a população e transformando a história política do Brasil em algo vendável. Toda a população acompanhava o panorama político como um folhetim diário, atualizado todos os dias pelos veículos de comunicação.

O governo Fernando Collor de Melo foi um dos governos brasileiros mais intensos e de uma história política, econômica e social digna de virar roteiro cinematográfico, devido aos embates políticos e aos escândalos, ora políticos ora pessoais, que se misturavam e influenciavam a vida de milhares de brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

- BRASIL, **Presidente, 1990-1995 (F. Collor)**. **Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional**. Brasília, 1991.
- COLLOR, Fernando. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, 15 de março de 1990.

Jornais

- FOLHA DE SÃO PAULO, 30/05/1989.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 13/06/1989.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 10/08/1989.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 14/06/1989.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 30/03/1989.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/03/1990.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/03/1990.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 29/06/1990.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/07/1990.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 21/07/1991.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/08/1989.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/01/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 10/01/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 16/01/1990.
- (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/03/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 17/03/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 06/06/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 05/09/1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 15/09/1991.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 25/09/1991.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 10/08/1992.

- FOLHA DE SÃO PAULO, 12/08/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 23/08/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 26/08/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 02/09/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 02/09/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 06/09/1992.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 29/09/1992.

Disponível no acervo particular da Prof.^a Dr^a Monica Piccolo Almeida.

- O GLOBO, 30/01/1989.
- O GLOBO, 05/01/1990.
- O GLOBO, 10/01/1990.
- O GLOBO, 15/03/1990.
- O GLOBO, 17/01/1990.
- O GLOBO, 01/04/1990.
- O GLOBO, 09/04/1990.
- O GLOBO, 04 /09/1991.
- O GLOBO, 26/11/1991.
- O GLOBO, 28/01/1992.
- O GLOBO, 29/01/1992.
- O GLOBO, 29/01/1992.
- O GLOBO, 26/02/1992.
- O GLOBO, 17/08/1992.
- O GLOBO, 24/08/1992.
- O GLOBO, 01/09/1992.
- O GLOBO, 21/09/1992.
- O GLOBO, 16/09/1992.
- O GLOBO, 21/09/1992.
- O GLOBO, 04/08/1992.

Disponível no acervo particular da Prof.^a Dr^a Monica Piccolo Almeida.

Obras Gerais

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo In: **As Políticas Sociais e o Estado Democrático Pós-Neoliberalismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996, p. 9-23.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil**: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010.
- _____. Monica Piccolo. **A trajetória de Fernando Collor rumo a presidência**: estratégias eleitorais televisivas. Revista Literis-19837429, nº 10, 2012.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As incertezas do Plano Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 83-96, jan. 1991. ISSN 0034-7140.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington** – a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Caderno Dívida Externa vol. 6. São Paulo: 1995.
 - CONTI, Mario Sergio. **Notícias do planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
 - DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981. A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
 - DIAS, Luís Antônio. Política e participação juvenil: Os Caras Pintadas e o movimento político do impeachment. Revista História Agora, 1990.
 - DICIONARIO DA TV GLOBO, **Programas de dramaturgia e entretenimento**: projeto memória das organizações globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
 - FRANCESCHINI, L. **marajás e caras pintadas**: a memória do governo Collor nas páginas de o Globo. Revista Novos estudos, novembro de 1992, nº 34.
 - GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
 - GEDDRS, Barbara. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

- HOBBSAWM, Eric. **Sobre Historia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Org.) **História: Novos Problemas, Novos Objetos e Novas Abordagens**. São Paulo: Francisco Alves, 1988.
- LATTMAN- WELTMAN, Fernando. RAMOS, Plínio de Abreu. CARNEIRO, José Alan Dias. **A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor**. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1994.
- MACIEL, David. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)**. Revista VIG, Rio de Janeiro, v. 34, p. 34-49, dez. de 2011.
- MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2004.
- MARTINS, Luciano. A Autonomia Política do Governo Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 27-33, jan. 1991. ISSN 0034-7140.
- MELO, Carlos. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo: Ed. Novo conceito, 2007.
- MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. Tese de Doutorado defendida na New School for Social Research, Universidade de Columbia, 1997.
- NOBRE, Marcos. Pensando o impeachment. Revista Novos estudos, novembro de 1992, nº 34.
- PAIVA, Paulo. **Collorconomics**. In: FARO, Clovis de (org.) **Plano Collor: avaliações e perspectiva**. Rio de Janeiro: livros técnicos, 1990.
- QUINTÃO, Thales Torres. **Os medias e a construção dos caras pintadas**. In. Revista *Todavia*, ano 1, nº 1, jul 2010, p. 103-117
- _____. **A relação entre o (neo)patrimonialismo e a sociedade civil no caso Collor**. In. Revista *Todavia*, ano 1, nº 2, agos. 2010, p. 100-120
- RAMOS, Ary. **Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor (1990-1992) e no México de Carlos salinas (1988-1992)**. UNESP, 2006.
- SOUZA. A. **O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil**. In.: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

- SOUZA, Diego Lima. **A era Collor e a Mídia**: as (in)coerências da memória Guanabara-PB, Universidade Paraíba, 2014.
- SKIDMORE, **A queda de Collor**: uma perspectiva histórica. In.: ROSENN, KS.; DOWNES, R. (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SALLUN, Brasílio Jr.; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. **O impeachment do presidente Collor**: a literatura e o Processo. Lua nova, São Paulo: 2011.
- WELTMAN, Fernando. **A Imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1: Cronograma da Crise de Hegemonia

1990

MARÇO

- 15- Posse como primeiro presidente eleito após o Regime Empresarial Militar.
- 16- Anúncio do Plano Economico Brasil (Plano Collor).
- 23- invasão do Jornal Folha de São Paulo pela Polícia Federal.

ABRIL

- 12- pronunciamento em rede Nacional, para falar sobre a Inflação e os demais desáfios do novo Governo.

MAIO

- 14-redução de 80% nos salarios do servidores públicos.
- 15- revogação da medida de diminuição dos sálarios dos servidores.
- 18- Anúncio da diminuição da quantidade de funcionarios federais.
- 21- Fernando Collor afasta Bernado Cabral, Ministro da Justiça,da coordenação jurídicas das medidas provisórias.

JUNHO

- 12- Governo reduz o numero de servidores de 360 mil para 120 mil servidores.
- 13- devido a redução do numero de funcionarios greve por tempo indeterminado.
- 22- Pronunciamento de comemoração de sem dias de governo.
- 26- Collor envia ao congresso o Projeto S. O.S Rodovias.

JULHO

- 1-Contratação das agencias de publicidade Geovanni Associados e Setembro para fazer anúncios do Governo sem licitação.

AGOSTO

1-Collor faz anúncio do S.O.S Rodovias em Alagoas.

12-fernando Collor anuncia o Rio de janeiro como sede para a conferencia das nações Unidas ECO 92.

29- fernando Collor extingue a obrigatoriedade do imposto sindical.

SETEMBRO

4- Ocorre leilão da Vasp.

6- Divulgada pesquisa do IBOP em que 60% da população brasileira confia no governo de Fernando Collor de Mello.

OUTUBRO

2-Denúncia de Renan Calheiro sobre a campanha do candidato a governador de alagoas estar sendo financiado por Paulo César Faviras.

13- substituição no Ministerio da Justiça, jarbas passarinho assume no lugar de Bernado Cabral que se demite.

19- Luis Otavio Motta Veiga pede demissão da presidencia da petrobrás por pressões sofridas por Paulo César Farias.

23- Como substituto de Motta Veiga, assume a presidencia da Petrobrás Eduardo Teixeira.

26- Fernando Collor promete investigar as denúncias feitas por Motta Veiga.

NOVEMBRO

22- TSE descobre fraudes nas eleições estaduais de Alagoas.

29- é divulgado o indice inflacionario do governo, chegando a inflação a 16,64%.

DEZEMBRO

17- Collor anuncia o fim da moratória, iniciada dezoito meses, durante o governo Sarney.

1991

JANEIRO

16- Governo toma medidas para o racionamento de combustivel e de gás.

17- Geraldo Bulhões, candidata da família Collor, vence as eleições em Alagoas.

31- entra em vigor o Plano Collor II.

FEVEREIRO

15- Surgem as primeiras suspeitas de compras de cestas básicas superfaturadas da LBA.

MARÇO

4- Mudança do Secretário de cultura Ipojuca Pontes pede demissão e Sérgio Paulo Rouanet assume o cargo.

14- Fernando Collor apresenta o Projeto de Reconstrução Nacional.

21- o assessor de zélia cardoso de mello, Ricardo Mesquita é suspeito de vazamento de informação.

25- o ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, pede demissão do cargo. Eduardo Teixeira assume o cargo.

28- ministro Antonio Rogério Magre, institui comissão para apurar denúncias de fraudes contra a Previdência Social.

ABRIL

1-Divulgado que Rogério Magre sabia das Fraudes na previdência.

3-Rogério Magri é denunciado por receber duplo salário: do Ministério e da Eletropaulo.

26- Divulga o vazamento de informação a respeito a suspensão da importação de Café envolvendo a ministra Zélia Cardoso de Mello.

MAIO

8- Zelia Cardoso de Mello se demite do Ministério da economia é e substituída por Mrcílio Marques Moreira.

9-Francisco Gros, é nomeado como presidente do Banco Central.

JUNHO

17- Collor faz 14º viagem Internacional desde tomou posse, desta vez para os EUA.

JULHO

7- Rosane Collor oferece uma festa no Palácio da Alvorada em homenagem a sua secretária particular.

22- Brasil suspente negociação com o FMI.

AGOSTO

-Verbas federais destinadas á distribuição de água em Alagoas são desviadas por parentes da primeira dama.

7- Fernando Collor aparece em Público sem Alianças.

12- comemorações de aniversário de 42 anos de Collor.

21- Rosane Collor anuncia que vai deixar a presidencia da da LBA.

-Carlos Chiarelli, ministro da educação, deixa o cargo e é substituído por José Goldemberg.

29- A Gazeta de Alagoas faz denúncias de irregularidades na LBA durante gestão de Rosane Collor.

30- Rosane anuncia oficialmente sua saída da LBA.

SETEMBRO

24- Collor suspende o leilão da Usiminas.

28- durante comissão em Santa Catarina, Fernando é hostilizado por militantes da CUT.

OUTUBRO

17- O Globo denuncia compra de fardas do exercito sem realização de concorrência e com superfaturamento.

21- Fernando Collor manda apurar denúncias de compras superfaturadas pelo exército.

24- acontece leilão da Usiminas.

NOVEMBRO

Alceni Guerra, ministro da saúde é indiciado por prevaricação pela polícia federal. Com suspeita de compra de material superfaturado.

12- custatado superfaturamento nas compras do exército.

DEZEMBRO

4- Denúncias de compras de bicicletas pela Fundação Nacional de Saúde com preços superfaturados.

6- Alcini Guerra, apura as denúncias e demite assessores.

23- Pedro Collor anuncia que vai resistir a iniciativa de Paulo César Farias de abrir um jornal em Alagoas.

1992**JANEIRO**

3- Polícia Federal abre inquérito para apurar e investigar irregularidades no Ministério da Saúde.

17- demitidos o ministro Rogério Magri, do trabalho e previdência social, e Margarida Procopio, da ação social, em substituição assumem Reinhold Stephanes e Ricardo Fiúzia.

23- ministro Alcini Guerra pede demissão.

FEVEREIRO

6- Adib Jtene é nomeado ministro da saúde.

27- Antonio Magri é acusado de receber 30 mil para facilitar parcelamento de dívidas de empresas com INSS.

MARÇO

30- Renúncia Coletiva de ministros e secretários.

ABRIL

9- Fernando Collor conclui reforma Ministerial. Permanecem nos cargos os ministros Jorge Borhousen, secretaria de governo, Reinhold Stephanes, previdência social, Antonio Cabera, agricultura, e Ricardo Fiúzia, ação Social.

MAIO

11- Pedro Collor denuncia PC Farias como testa de ferro do Presidente em negociações de negócios com o governo.

12- Fernando Collor manda investigar denúncias contra PC Farias.

17- Pedro Collor recusa convite para conversar com o presidente no Planalto.

19-Pedro Collor é destituído da presidência das empresas da família.

21-Pedro faz exames de sanidade mentais e responsabiliza PC e Collor por sua integridade física.

25- abertura de Inquerito para apuração das denúncias de Pedro Collor.

26-Comissão Nacional instaura CPI para apurar denúncias contra PC.

JUNHO

1-Paulo César diz ser caluniado por Pedro Collor.

2-Início dos trabalhos da CPI.

4-Pedro Collor depõe e poupa o irmão Fernando Collor.

JULHO

A CPI comprova que Ana Acioli, recebe depósitos por PC Farias.

A CPI já dispõe de documentos que comprovam a ligação de Fernando Collor e Paulo César Farias.

5- Fernando Collor diz que está sofrendo tentativa de Golpe.

AGOSTO

1-Claudio Vieira, secretário particular de Collor, tenta demonstrar em depoimento que as despesas de Collor eram pagas através de empréstimos realizados junto a um financeira no Uruguai.

O ministro da educação, José Goldemberg, demite-se do cargo. Fernando Collor começa a perder apoio político.

13- Fernando Collor tenta mobilizar a população para que demonstrem apoio político e saiam as ruas vestindo verde e amarelo.

16- começam as manifestações populares.

24- leitura do relatório da CPI revelando as ligações entre Collor e Pc.

26-plenário do congresso aprova parecer do relator da CPI, Senador Amir Lando.

28- Rosane Collor é condenada a devolver aos cofres públicos o valor gasto na festa de aniversário de sua secretaria.

SETEMBRO

Rosane é indiciada por irregularidades na LBA.

O procurador geral, Aristides Junqueira, incrimina Collor em vários crimes.

1-Presidente da OAB, Marcelo Lavenère, entrega a Camara o pedido de impeachment

- Collor em pronunciamento afirma que não vai renunciar ao acargo de Presidente.

2-sai o pedido de prissão preventiva para PC Farias e Claudio Vieira.

10-Supremo Tribunal Federal amplia para 10 dias o prazo de defasa de Fernando Collor.

16- Pedro Collor em entrevista a Revista Veja, afirma que não se arrepende de ter desencadeado o processo de impeachment.

21- secretaria de Rosane em depoimento a CPI, confirma que despesas da primeira dama eram pagas com dinheiro depositado em contas fantasmas.

23-STJ determina voto a descobreto e nominação na votação do impeachment.

25- PC é indiciado por oito crimes com pena de 51 anos de prissão.

27- líder do PRN na Camara, Cleoto Falcão, se desliga do partido e diz que vai votar a favor do impachment.

29- a Câmara aprova o impeachment por 441 votos contra 38 e com abstenção de 23 deputados.

OUTUBRO

2-Fernando Collor é afastado do Governo e Itamar Franco assume a Presidencia.

DEZEMBRO

29- Fernando Collor renuncia á presidência da República no dia da vontação do impeachment no Senado.

ANEXO 2: Quadro com reportagens utilizadas do jornal Folha de São Paulo

REPORTAGEM	DIA	PÁGINA
Collor gasta US\$ 500 mil sem justificativa	30/05/1989	03
A ascensão de Collor é veloz, inesperada e ambígua	13/06/1989	03
É hilário	10/08/1989	02
A escalada Fascista	26/03/1990	02
Qualquer semelhança não é mera coincidência	26/03/1990	02
Pretexto para a agressão	26/03/1990	02
Para entender o caso	21/07/1991	08
A viagem de Collor	10/01/1990	03
Palavras do Presidente	17/03/1990	02
Plano Collor	16/01/1990	02
Seleção para publicidade oficial	16/03/1990	02
Collor não precisa de inimigos	25/09/1991	02
É Crime contra a segurança nacional	15/09/1991	02
A inflação estagnada	10/08/1992	02
Medida acertada	26/06/1992	02
PF decide citar Collor no inquérito sobre PC, polícia também interroga em São Paulo a secretária Ana Acioli	10/08/1992	02
Painel	10/08/1992	03
Governo tenta barrar relatório da CPI, passeata	12/08/1992	01

organizada por estudantes em são Paulo reúne mais de 10 mil a favor do impeachment		
Aos berros, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo	13/08/1992	05
Rio faz maior ato pelo impeachment; Collor usa Caixa na guerra das cores	14/08/1992	05
Luto	14/08/1992	02
Clima de instabilidade	23/08/1992	03
O alerta das ruas	23/08/1992	03
Questão de honra	26/08/1992	02

ANEXO 3:Quadro com reportagens utilizadas do jornal O Globo

REPORTAGEM	DIA	PÁGINA
Convocação	1989	02
Governo oferece cargos até os partidos de oposição	29/01/1989	06
Duas correntes	05/01/1990	04
O Fiel da transição	15/03/1990	04
Imperativo Moral	17/01/1990	04
Pagando para crescer	18/01/1990	
O que está em jogo	01/04/1990	
PM reprime com violência manifestações de aposentados	26/02/1992	02
Porta estreita	04/09/1991	
Multidões vestem luto nas capitais	17/08/1992	06
Bases de estabilidade	24/08/1992	06
O que não muda	01/09/1992	06
Prestígio para aliados fie	04/08/1992	03
Recuperação ética	16/09/1992	06
Pedro: Collor não pode mais governar	21/09/1992	06
Política da cidade	21/09/1992	06